

FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente

**POBREZA: COTIDIANO E ALIENAÇÃO – A PERCEPÇÃO DAS
FAMÍLIAS DO BAIRRO DA ESTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEODORO
SAMPAIO**

Cristina Rodrigues de Oliveira

Meiryelle Freitas de Lima

Priscila Beatriz de Almeida

Renata Cristina Lemes

Thais Fernanda dos Santos

Presidente Prudente/SP

2013

FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente

**POBREZA: COTIDIANO E ALIENAÇÃO - AS PERCEPÇÕES DAS
FAMÍLIAS DO BAIRRO DA ESTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEODORO
SAMPAIO.**

Cristina Rodrigues de Oliveira

Meiryelle Freitas de Lima

Priscila Beatriz de Almeida

Renata Cristina Lemes

Thais Fernanda dos Santos

Trabalho de curso apresentado como requisito parcial de
Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social, sob orientação da professora Márcia
Heloisa de Oliveira.

Presidente Prudente/SP

2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus por nossas vidas, pela grande oportunidade de conhecimento através do nosso estudo, por manter a harmonia em nós e nos conceder a graça de realizarmos mais uma etapa de nossas vidas.

Agradecemos também nossos familiares que contribuíram de forma compreensiva para a realização do nosso sonho. Em especial a Senhora Maria Rodrigues, mãe de uma das integrantes do grupo e moradora de Teodoro Sampaio, esta que nos recebeu de braços abertos em seu lar, nos acompanhando e oferecendo total apoio.

A também moradora do município escolhido para pesquisa, Amanda Neves dos Santos, que numa atitude contrária ao egoísmo, nos forneceu total apoio, a ponto de deixar de fazer seus afazeres diários para selecionar as famílias para que pudéssemos concluir nossa pesquisa.

A nossa querida orientadora Márcia Heloísa nosso muito obrigada, a ela que não mediu esforços e esteve conosco inúmeras vezes, sempre com paciência nos ajudando, incentivando, com toda dedicação e carinho, mostrando sempre o melhor caminho e direção a ser seguido.

Aos professores que são responsáveis por chegarmos até aqui, pois contribuíram para a nossa formação ao longo desses quatro anos.

Não esquecendo também os moradores entrevistados do bairro Estação que de maneira muito rica nos ajudou, disponibilizando-se para a pesquisa de campo.

Enfim a todos que participaram direta ou indiretamente. Aos amigos pela força, compreensão e a apoio nos dias difíceis e que souberam compreender e compartilhar da nossa trajetória, por que sempre acreditaram em nós!

Chegamos a reta final, quebramos barreiras, vencemos obstáculos e juntos comemoramos a nossa vitória.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade discutir a questão da pobreza e suas vertentes. A pobreza é um fator que procede do modo de produção capitalista, visto que é emergente das relações sociais que, por sua vez, surgem no interior do sistema. No capitalismo, as transformações foram tão impactantes que tiraram o homem do seu modo de vida tradicional, desestruturando as famílias que viviam no campo, causando-lhes desarranjos na sua formação. O sistema capitalista é indutivo da pobreza, com a exploração dos trabalhadores que ficam impossibilitados de sair do modo de produção capitalista, o que seria necessário para a sobrevivência, mas por fim, tornando-se dependentes desse sistema. Historicamente, a pobreza foi conceituada diferente em cada espaço de tempo. Uns a veem como um conceito abstrato com atributos de um ser divino, outros, com juízo de valor em que assumem a responsabilidade por estar nessa situação e os demais buscam, sozinhos, soluções para sair dela. A percepção sobre essa temática tão discutida na atualidade, é que levou o grupo a pesquisar as famílias do Bairro da Estação, no Município de Teodoro Sampaio, haja vista que os moradores desse local são aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade e risco social, exclusão e extrema pobreza. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e eletrônica, bem como a de campo para a elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Exclusão. Pobreza. Proteção Social. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This work has the purpose of discussing poverty and its branches. Poverty is a factor from capitalist production way, from whose interior rise social relationship, from what emerge poverty too. In capitalism changes were so impactful that has taken man off his traditional way of life, taking apart families that lived in the farm, disrupting it. The capitalist system is the responsible for poverty in workers exploration, so they keep unable to get out of the capitalist production way, because the need for survive, turning them dependent of this production way. Historically poverty is conceptualized in different ways by each one of us. Some see as abstract the concept that put poverty as divine, other that the man take on responsibility for being on that situation, other get solutions to get out of it by themselves. The perception about this thematic so discussed on present turned the group to research Bairro da Estação in Teodoro Sampaio families, considering that people on that neighborhood are those most vulnerable and that presents social risk, exclusion and extreme poverty. For this work, was used bibliographic and electronic research, and field research for preparation, as well.

Palavras-chave: Capitalism. Exclusion. Poverty. Social Protection. Vulnerability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
2 O CAPITALISMO E SUAS ALIENAÇÕES	11
2.1 O Processo de Consciência Crítica	13
2.2 Os Valores Culturais do Capitalismo	17
3 A POBREZA	19
3.1 A Pobreza no Brasil	22
3.2 Como os Autores Definem a Pobreza	25
3.3 O Cotidiano da Pobreza	30
3.4 As Artimanhas da Exclusão	33
3.5 Vulnerabilidade Social	36
4 PROTEÇÃO SOCIAL	38
4.1 Trajetória histórica dos programas de transferência de renda no Brasil	44
4.2 O Programa Bolsa Família	46
4.3 O Programa Renda Cidadã	49
4.4 O Programa Ação Jovem	50
4.5 A Rede como meio de Enfrentamento a Pobreza	50
5 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO – CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA ESTAÇÃO	51
5.1 A Pesquisa	53
5.2 Perfil Socioeconômico das Famílias moradoras do Bairro da Estação	55
6 ANÁLISE	60
6.1 Concepção de Pobreza	60
6.2 Percepção de sua Condição de Pobreza	61

6.3 O Cotidiano da Pobreza	64
6.4 Superação da Pobreza.....	65
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das indagações que surgiram quando iniciamos o estudo sobre Trabalho e Processo do Trabalho, no qual se discutiu como as pessoas vivenciavam a pobreza.

Acreditamos que o tema escolhido é atual e problematiza uma das expressões da questão social do nosso país, sendo que a pobreza vivenciada é apresentada através da ótica dos próprios indivíduos entrevistados no seu cotidiano, em que mostram a realidade da segregação social e pauperização.

Em seu livro “Classes subalternas e assistência social”, Yazbek (1998) afirma que “a experiência da pobreza é ainda a experiência da desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social”. Neste sentido, a pobreza pode ser compreendida como uma desqualificação.

Para compreendermos melhor a pobreza no Brasil, foi realizado um breve resgate histórico de como a expressão da questão social se materializa e também como os diversos autores estudados apresentam o seu conceito de pobreza.

Portanto, este trabalho está dividido em títulos e subtítulos. No primeiro título, abordamos o sistema capitalista bem como suas alienações e os conflitos que o mesmo produz dentro da sociedade. Associado a isso, o primeiro subtítulo denota o processo da construção da consciência crítica do indivíduo e seu reconhecimento enquanto classe. No último subtítulo, identificamos os valores criados pela lógica do sistema capitalista, onde a mídia apresenta o consumo para a sociedade como única forma de felicidade.

No segundo título, pontuamos a definição de pobreza e, por conseguinte, no primeiro subtítulo, haverá um conciso recorte sobre a mesma. Assim, para fecharmos como a pobreza se define, apresentamos no segundo subtítulo como os diversos autores elucidam o conceito de pobreza, onde o mesmo se apresenta de forma simples, e para outros, de forma complexa. Dentre eles, o grupo optou por estudar o renomado autor ABRANCHES (1998), considerando que a pobreza vai além da falta de dinheiro, ou seja, ela influencia na qualidade de vida do sujeito.

No terceiro subtítulo apresentamos o cotidiano da pobreza, ou seja, como as famílias vivenciam a exclusão, adaptando-se e entendendo a pobreza até mesmo como sina, destino. Aliado a isso, o quarto subtítulo faz referência às artimanhas da exclusão, isto é, à lógica capitalista que, segundo Martins (1938, p. 29) tal sistema se inicia afetando o indivíduo em valores e padrões. No quinto e último subtítulo expomos sobre a vulnerabilidade social, bem como a sua identificação, ao longo das mudanças sociais.

No terceiro título são abordados alguns apontamentos referentes à proteção social em diferentes momentos da história da humanidade, tais como os direitos sociais que foram conquistados no Brasil. No primeiro subtítulo, fazemos alusão sobre a trajetória histórica dos programas de transferência de renda. No segundo, relatamos sobre a existência dos programas de transferência de renda, em destaque o Bolsa Família, criado em 2003 pelo Governo Federal com objetivos pautados na segurança alimentar e nutricional, erradicação da pobreza e a conquista da cidadania. Aliado a isso, o terceiro subtítulo faz menção ao Programa Renda Cidadã, do Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de auxiliar as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Posto isso, o quarto subtítulo apresenta o programa estadual Ação Jovem, destinado a jovens de 15 a 24 anos que estejam devidamente matriculados e atendam aos critérios do programa, com o objetivo de estimular a conclusão da educação básica e o preparo para o mercado de trabalho. Assim sendo, e já concluindo o segundo título, o quinto subtítulo demonstra outros mecanismos de enfrentamento a pobreza, como exemplo a rede, sendo ela: vizinhos e igrejas.

No quarto item apresentamos o Município de Teodoro Sampaio, bem como um breve histórico do Bairro da Estação, nosso objeto de pesquisa. Em seguida, o primeiro subtítulo apresenta a Pesquisa, isto é, como a mesma se deu e quais as modalidades utilizadas para a compreensão do trabalho. Associado a esse subtítulo, o próximo apresenta o perfil dos moradores do Bairro da Estação, tal como idade, escolaridade, profissão, renda familiar e sua condição de moradia.

Cabe lembrar que nossa pesquisa se configurou como uma análise de cunho qualitativo, permitindo-nos conhecer, de forma específica, a realidade e a percepção dos usuários sobre a pobreza. Para efeito da mesma, utilizamos como instrumento uma entrevista composta por perguntas fechadas e abertas. Assim

sendo, para preservar a identidade dos entrevistados, identificamos os mesmos como: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P e Q.

No quinto e último título apresentamos a análise das informações obtidas a partir das entrevistas realizadas, cujos dados coletados, de cunho qualitativo, nos permitiu conhecer o cotidiano da pobreza vivenciada pelos mesmos e suas alienações. O primeiro subtítulo relata a concepção de pobreza apresentada pelas famílias entrevistadas. Sequencialmente, o segundo expressa a percepção da condição de pobreza de cada entrevistado, o terceiro aponta como é vivenciado o cotidiano da pobreza e no último subtítulo apresentamos a percepção de superação da pobreza sob a ótica das famílias.

Por fim, nas considerações finais, discutimos a análise crítica dos resultados obtidos, relacionando pobreza, cotidiano, alienação e suas influências na vida dos entrevistados.

2 O CAPITALISMO E SUAS ALIENAÇÕES

Ao entrarmos na discussão sobre a temática citada, é necessário um breve relato sobre o desenvolvimento social do homem na sua condição natural. Isto é, ele teria sua autonomia e uma vida digna, onde se relacionava com a natureza, inconsciente, sem produzir de forma acumuladora, somente para si e seu imediatismo.

O que o homem arquitetava e planejava na sua consciência era materializado na natureza com seu trabalho. “Essa atividade criadora teleologicamente orientada (quer dizer, pré-idealizada na consciência) é o que Lukács chama de trabalho” (Lukács apud Montaño; Dureguetto, 2010, p. 79). Desde então fica reconhecido: “O trabalho é assim uma atividade teleológica (orientada conscientemente por finalidades e condições racionalmente compreendidas), de transformação na natureza” (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 79), portanto, o trabalho que o homem fazia na natureza era de forma espontânea, livre e natural.

Originalmente considerada como um meio de sobrevivência do homem, a palavra “trabalho” é usada de forma diversificada – trabalho como dispêndio de energia, como atividade física, como atividade difícil (trabalhosa), trabalho como sinônimo de emprego, etc. (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 79).

Na atualidade, o trabalho é visto como uma relação de troca. “Hoje em dia utilizamos a palavra “trabalho” para nos referirmos ao emprego, à profissão, ou seja, para nos referirmos a um processo de troca próprio da sociedade capitalista: nós trocamos nossa atividade por um salário” (Duarte, 2004, p. 5).

Nesse sentido, será pontuada a temática do capitalismo e suas alienações, como a compreensão da forma de trabalho que o capitalismo impõe ao trabalhador, a forma de trabalho alienado, o trabalhador produz algo que ele mesmo não tem o seu conhecimento e a sua finalidade, não se limitando a essa mercadoria, mas a sua força de trabalho também é uma mercadoria. Tornando-se trabalho alienado, “o sentido do trabalho do operário será para ele o mesmo, esteja ele trabalhando em uma fábrica de tecidos, ou em uma fábrica de armas ou em uma fábrica de remédios que salvam vidas, pois o sentido de seu trabalho é determinado pelo quanto ele recebe e não pelo que ele produz” (Duarte, 2004, p. 14).

Na sociedade capitalista existem dois nexos de causas: para o capitalista, o retorno financeiro daquilo que produziu independentemente de sua finalidade; para o trabalhador, o não reconhecimento do valor social de seu produto, importando-se somente com o que recebe.

Outros estudos apontam a relação de exploração que vem engendrada no capitalismo. Os estudos de Sartre, Lukács, Fromm e, particularmente, a análise de MÉSZAROS (2010) sobre o tema:

“É que muitos atribuem à categoria “alienação” apenas uma dimensão econômica: alienação representando a “exploração” da força de trabalho, processo mediante o qual o capitalista aliena o trabalhador do produto de seu trabalho; alienação quase como sinônimo da exploração” (Mészáros apud Montañó; Duriguetto, 2010, p. 102).

As peculiaridades do capitalismo não se resumem em riquezas, acúmulos, desenvolvimento industrial. Vêm enviesada de pobreza, desigualdade, desemprego e outros fatores resultantes desse modo de produção capitalista conforme aponta MARX (1980, p. 747) n’O Capital:

Quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação. E quanto maior essa massa (de Lázarus da classe trabalhadora) tanto maior o pauperismo (Marx apud Montañó; Duriguetto, 2010, p. 81).

No que tange falar sobre algumas das peculiaridades do capitalismo, a alienação fez parte e perdura até os dias atuais. O trabalhador foi incorporado às ideias, valores, objetivos éticos e políticos do capitalismo, assim mudando sua forma de pensar, levando a um processo de alienação. “A alienação, no modo de produção capitalista, é um elemento que passa a caracterizar a vida cotidiana e, portanto, a consciência ali desenvolvida” (Montañó; Duriguetto, 2010, p.101).

No modo de produção capitalista, o cotidiano do trabalhador é cercado de preocupações porque vivencia uma vida com restrições, suas necessidades vitais são supridas de forma apertada pelos pequenos salários que recebem, ou seja, o

imediatismo de suas necessidades é o que lhe causa uma vida com privações e preocupações.

Segundo KOSIK (1989, apud Montaña; Duriguetto, p. 63), “No contexto do capital, o homem, na sua alienada vida cotidiana, é tomado pela preocupação”. Neste campo, onde se concentram as preocupações com o seu cotidiano alienado, concentra-se também a necessidade de sair desse processo de alienação, tornando-se um campo de decisões e disputas. “A esfera da cotidianidade é, substancialmente, e por sua natureza, uma permanente disputa, um campo de disputa entre alienação e desalienação” (Antunes apud Montaña; Duriguetto, 1999, p.160).

O trabalhador, assim, de formas alternadas, passa a enxergar não só a carência da sua singularidade diária, como a consciência da própria classe que visa suas necessidades em sua totalidade. Essas dimensões serão rompidas somente diante do processo de consciência crítica.

2.1 O Processo de Consciência Crítica

O processo de consciência crítica estabelece aos indivíduos uma forma de conscientização referente à sociedade capitalista, rompendo com as determinações e alienações impostas nas relações sociais, e que interferem na vida do indivíduo. Segundo Mauro Iasi (1999) o processo de consciência crítica está posto nas relações sociais determinantes, através das propriedades privadas e do assalariamento da força de trabalho, pois são meios que levam a humanidade a manifestar a alienação, sendo que a intenção era de se humanizar.

Nota-se que surgem novos fatores que acabam alienando o homem. O primeiro é a sua relação com a natureza, que deixa de existir quando vive do trabalho alienado; segundo, está alienado a si próprio por não sentir prazer naquilo que faz e, o terceiro, trás um ser humano perdendo sua essência na venda de seu trabalho para sua sobrevivência.

Assim, a alienação provocou vários constrangimentos dentro das relações sociais, estabelecendo que os indivíduos da sociedade questionassem a forma de vida que estavam vivendo, libertando-se da consciência alienada.

O processo de consciência crítica tornou-se relevante, a partir do momento em que diversos fatores ocasionaram a Revolução Industrial, como cita Marx, Durkheim e Weber (2009, p. 10), no parágrafo abaixo:

A aglomeração, conjugada a outros fatores como condições sanitárias, tinha outras consequências deletérias sobre a população urbana, especialmente sobre os mais miseráveis. A fome, a falta de esgotos e de água corrente nas casas, o lixo acumulado e as precárias regras de higiene contribuíam para a proliferação de doenças e a intensificação de epidemias que elevam as taxas de mortalidade da população em geral, e dos pobres, das crianças e parturientes em particular.

Nota-se que, naquela época, a população já vinha sofrendo muito com as mínimas condições de existência que lhes eram oferecidas, e tornando-os assim, mais vulneráveis ao ponto de não atender suas carências vitais.

A partir da divisão social do trabalho, as desigualdades sociais passam a ser mais segmentadas na sociedade, por decorrência das separações entre os meios de trabalho, sendo eles manuais, intelectuais, entre outros. Porém, essa divisão social do trabalho correspondia à estrutura de classe da sociedade na qual os indivíduos estavam inseridos (Marx; Durkheim; Weber, 2009, p. 35).

No entanto, na medida em que cada proletariado se entendia como um ser social de direito, e como parte integrante de uma classe trabalhadora, adquiriam mais conhecimento visando a participação em grupos na defesa de seus objetivos, como demonstrado no texto infracitado por Marx, Durkheim e Weiber (2009, p. 43):

A consciência de classe conduz, na sociedade capitalista, à formação de associações políticas (sindicatos, partidos) que buscam a união solidária entre os membros classe oprimida com vistas à defesa de seus interesses e ao combate aos opressores.

Entretanto, como podemos ver, a classe trabalhadora pode ser entendida como agente de mudança, isto é, uma classe que constrói, a todo o momento, novas possibilidades de transformações entre as relações sociais.

Segundo MARX (2009, p. 49), entre todas as classes sociais, apenas o proletariado possui o sinônimo de classe revolucionária, como o disposto abaixo:

De todas as classes que hoje enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária... As camadas médias - o pequeno comerciante, o pequeno industrial, o artesão, o camponês - todas elas lutam contra a burguesia para salvar sua existência, enquanto camadas médias, da ruína. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, já que pretendem voltar atrás a roda da História. São revolucionárias somente quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado (...), esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, em virtude de suas condições de vida está predisposto a vender-se à reação para às suas manobras.

Portanto, conforme a classe trabalhadora passa por transformações revolucionárias decorrentes da sua história vivida, estabelece novas relações sociais, construindo um novo patamar de consciência crítica, que vai além da luta política e dos meios materiais em que a classe está inserida.

O capitalista, para Marx, qualificava-se como aquele que detém a propriedade dos meios de produção e, por isso, adquire a capacidade de apropriação de mais-valia. E o proletariado é a classe trabalhadora que possui apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência e reprodução.

Dado o desenvolvimento das relações sociais e das forças produtivas, ainda nos marcos do capitalismo, existem diferenciações no interior das classes; historicamente, os segmentos subalternos oscilam quanto a sua capacidade organizacional não linear que dependem de sua consciência de classe.

A consciência de classe dos proletariados, referida pelos historiadores, define-se em duas: a classe *em si*, que não tem consciência de que é explorada como classe trabalhadora, que se constitui pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar, papel e processo produtivo; e a classe *para si* que é aquela consciente de seus interesses e inimigos, que se organiza para a luta na defesa de seus interesses coletivos. O que transforma a classe *em si* é a luta, a massa se une e forma uma classe *para si*. Segundo Marx (2002, p. 43)

Para fins analíticos, Marx distingue conceitualmente as classes em si, conjunto dos membros de uma sociedade que são identificados por compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção, das classes para si, classes que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo (MARX, 2002 p. 43).

A consciência de classe *para si* é o momento de consciência de classe em que os trabalhadores se reconhecem, com objetivos e lutas que se opõem à classe capitalista. A sociedade de consumo e de comunicação de massa contribui de forma agressiva com a fragmentação da classe trabalhadora e de sua perda de identidade. Entretanto, a luta de classe não diminui pela falta de consciência da classe *em si*, apenas a mantém na forma latente.

Na atualidade, há uma grande dificuldade do trabalhador reconhecer-se como da classe *em si*, sendo assim o mesmo não consegue se mobilizar para lutar por seus direitos. É necessária uma nova hegemonia, uma nova forma de pensar e de ver a realidade, pois hoje se conforma com o trabalho assalariado, a hegemonia cria uma consciência sobre a realidade que se mostra superior. Para o autor GRAMSCI;

A hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado se realiza na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia (GRAMSCI, 1978, p. 5).

O que hoje é hegemônico constitui-se em uma ditadura do capital e impõe a todos uma forma de pensar, agir, existir, ser e trabalhar, orientada pela lógica do capital e trabalhadores convencidos pelo projeto hegemônico capitalista.

O novo projeto societário deve romper com essa lógica e impor uma nova hegemonia, que se importe e crie uma nova ordem que possa existir com o apoio de outros segmentos, segundo MARX;

Ao mesmo tempo em que cresce essa “massa” da humanidade absolutamente despossuída aumenta também sua concentração em grandes centros industriais, sua capacidade de organização e de luta e a consciência de sua situação social. É ao proletariado que Marx e Engels atribuem o papel de agente transformador da sociedade capitalista.” (Marx, 2002, p. 50).

O projeto de uma nova sociedade deve mostrar-se adequado às necessidades dos grupos que estão dispostos a lutar por seus interesses, deve abranger amplas frações de classes com o objetivo de obter apoio político que

possibilitará a profunda transformação social que poderá resultar no processo revolucionário. Marx considerava agente de revolução o proletariado industrial, trabalhador que só tem o seu salário para sua sobrevivência.

Nesse processo de revolução, trata-se de formar o nível de consciência em que as classes subalternas se mobilizam pela luta e conquista de seus interesses específicos de classe. Neste nível de consciência é que se destaca o segmento que é agente da revolução, que promoverá a transformação social. Consciência de classe no sentido materialista, histórico e dialético, consciência de ser proletário, ao formar a consciência de classe tem que lutar pela alienação.

2.2 Os Valores Culturais do Capitalismo

Os valores culturais da sociedade Capitalista estão enraizados na sociedade mundial e brasileira, onde o consumo exacerbado faz parte da realidade de uma pequena parcela da sociedade que tem condições financeiras de consumir. Assim, o que fundamenta o Capitalismo são seus valores sociais aos avessos, em que o *ser* não é importante e o que é valorizado na sociedade é o *ter*, no sentido do consumo, ou seja, o ser humano passa a ser valorizado pelo seu poder de consumo.

Neste contexto, os valores sociais são ditados pelo capitalismo e a parcela da sociedade que não tem poder de consumo é excluída por ser desprovida de bens materiais e recursos financeiros para consumir.

Na sociedade capitalista, o que fica em evidência é a forte influência que os veículos de comunicação em massa têm na sociedade, onde a propaganda apresenta o consumo de bens como uma forma única de felicidade, sendo esta ilusória e simplesmente instantânea, pois as mídias sociais aliadas à tecnologia da informação e comunicação, junto a outras questões, estão oferecendo, hoje, o que podemos chamar de “Tsunami”, ou seja, uma onda enorme que está chegando e a mídia passa que o cidadão tem duas opções a seguir: ou aprende a surfar ou vai ser atropelado por ela. Acontece que surfar nessa onda não é para todas as classes. Aliado a isso, as propagandas fazem parte do cotidiano das pessoas, tanto as providas como as desprovidas do poder de consumo, sendo que o desejo de

consumo faz parte do nosso dia a dia e acaba se tornando um círculo vicioso, pois esse mesmo desejo é o que nos move e nos adocece diariamente.

O surpreendente é perceber que os valores capitalistas trazem para os seres humanos um sentimento de frustração constante, porque quando conseguimos consumir um objeto de desejo, logo percebemos que foi lançado um novo produto que supera aquele que adquirimos.

Os valores capitalistas vão além do desejo de consumo, sendo o individualismo outro valor muito estimado em nossa sociedade um dos clichês muito usados, “é que o sol nasce para todos” ou “o sucesso só depende de você”, como se realmente houvesse oportunidades de trabalho e de estudo para todos. Existe na realidade é um exército reserva de trabalhadores sem qualificação e excluídos pelo sistema e vistos pela sociedade quando não consegue um trabalho como vagabundo preguiçoso e tantos outros adjetivos a mais. No artigo de Osvaldo Coggiola, apud Marx no livro o Capital Volume III a realidade é vista como realmente é;

“Quanto mais a riqueza social crescer... mais numerosa é a população comparativamente ao exército de reserva industrial. Quanto mais este exército de reserva aumenta comparativamente ao exército activo do trabalho e mais massiva é a sobre população permanente, mais estas camadas compartilham a sorte de Lázaro e quanto o exército de reserva é mais crescente, mais grande é a pauperização oficial. Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista” (2012)

Na citação acima, Marx elenca, de forma clara, o papel do sistema capitalista em nossa sociedade que tem como foco o acúmulo de capital financeiro para a classe dominante e a exclusão das camadas mais pobres da sociedade.

O incrível é identificar que esses valores permanecem incutidos na sociedade e que o poder do sistema capitalista nos leva a crer que cada ser humano é responsável por sua glória ou fracasso.

A pobreza e a exclusão social são simplesmente entendidas pela falta de desejo e de interesse das pessoas em não superar esse estado. Essa visão foi criada pelo próprio sistema com seus valores culturais e ideológicos, segue a linha de pensamento voltada ao individualismo, passada de pais para filhos e reforçada pela mídia como valores centrais na sociedade.

3 A POBREZA

Ao longo dos anos, a pobreza tem gerado uma luta constante pela sobrevivência dos excluídos, pelos grandes impactos reproduzidos pelo sistema de produção, como podemos ver na citação abaixo, segundo Yazbek (1996):

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 1996, p. 61).

No entanto, observa-se que a pobreza não é um simples fator econômico, pois ela faz parte de um contexto que traz diversas consequências que abrangem o indivíduo na extrema luta pela sobrevivência.

É importante compreender que a pobreza sempre esteve presente em nossa sociedade, percorrendo as fases de alterações no modo de produção.

Segundo Marques (1999, p.32), a vinda do capitalismo industrial fez expandir uma grande transformação no modo de produção, gerada pela Revolução Industrial em meados do século XIX, com a introdução de novas técnicas de trabalho implantadas a partir das máquinas em que tornaram o trabalho crucial, no sentido de se ter uma especialização maior da classe trabalhadora que se tornava explorada e empobrecida.

Para Marques (1999):

A classe média vitoriosa e os que aspiravam a essa condição estavam contentes. O mesmo não acontecia aos pobres, aos trabalhadores (que, pela própria essência, constituíam a maioria), cujo mundo e cujo estilo de vida tradicional tinham sido destruído pela Revolução Industrial, sem que fossem substituídos automaticamente por qualquer outra coisa. É essa desagregação que forma o cerne da questão dos efeitos sociais da industrialização (MARQUES, 1999, p. 36).

Através dessas transformações ocorridas dentro do modo de produção capitalista, fica evidente que a pobreza já se solidificava perante esses meios, e que

a classe média, especificamente os industriais já se beneficiavam com a exploração do proletariado que vinha a perder seu estilo tradicional de vida.

As consequências advindas desse modo de produção industrial, no interior das fábricas, eram precárias inclusive pelo amontoamento, no mesmo ambiente, de pessoas dos dois sexos, como cita Marques (1999), no parágrafo abaixo:

A reunião de pessoas dos dois sexos e de todas as idades na mesma oficina, a inevitável promiscuidade que daí resulta, o amontoamento num espaço reduzido de pessoas que não tiveram nem formação nem moral não são fatos de efeito favorável no desenvolvimento do caráter feminino (MARQUES, 1999, p. 39).

Nota-se que a promiscuidade era intensa em consequência das formas de trabalho, às quais as mulheres eram submetidas, tendo assim sua moral destruída devido ao abuso sexual por meio de seus superiores.

Segundo Marques (1999, p. 40), o que ocorria era a servidão dentro da fábrica, e o industrial se tornava dono do corpo das suas operárias e nada se fazia por estas, pois sofriam ameaças de demissões frequentes impedindo sua resistência. Essa exploração, também ocorria com os filhos, que se apresentavam em um estágio degradante pela existência de alta taxa de mortalidade e pela extensa jornada de trabalho a ser cumprida por eles.

Portanto, a industrialização trouxe muitas mudanças que afetaram tanto o mundo do trabalho, quanto a estrutura das famílias, pois foi em consequência da saída das famílias das áreas rurais para as urbanas que houve um aumento significativo dessa população, gerando a escassez do trabalho, forma pela qual a pobreza prejudicou as famílias mais simples, fomentando assim o trabalho precário, a desigualdade e a exclusão social.

É nesse cenário de transformações industriais que a divisão social de classes se constituía, separando a classe burguesa da classe proletária, de um lado, a parte que detinha o capital, e do outro, a que era obrigada a vender o seu trabalho, sendo uma característica da sociedade capitalista.

Montaño (2011, p. 91) afirma que o modo de produção capitalista fez reafirmar a exploração, sofrida pelo trabalhador, pois o dono do capital beneficiar-se-ia da mais valia gerada pela força de trabalho.

Conseqüentemente, esse modelo de produção capitalista, fez eclodir a questão social historicamente problematizada, definida como fundamento estrutural que alienava o trabalhador dos meios de produção e manifestava-se por meio de problemas sociais e privações afirma Montaño (2011, p. 117).

Neste sentido, os trabalhadores organizavam-se enquanto categoria, na formação de um partido sindical, que reivindicasse melhores condições de trabalho, a partir de uma lei que provesse a redução da jornada para oito horas trabalhadas; no entanto, as classes revolucionárias tinham a intencionalidade do fim da superação do modelo de produção capitalista.

Deste modo, entende Montaño (2011):

Assim as lutas de classes revolucionárias perseguem o fim da superação do MPC. Só se pode compreender essa categoria a partir das contradições e leis de desenvolvimento desse modo de produção. Portanto, essas lutas de classes dependem: do nível de “consciência de classe”, da organização dos trabalhadores (particularmente em sindicatos e partidos), da definição das táticas e estratégias de lutas, da correlação das forças sociais, do papel intelectual (orgânico) e do partido político (MONTAÑO, 2011, p. 116).

Devido às expressões da questão social citada no parágrafo anterior, fez-se necessário ter um espaço de lutas de classes que garantisse nessa ordem social um projeto emancipador da sociedade pelo capital, formando uma sociedade sem classes. Para tanto, seria necessário que os trabalhadores se unissem para que pudessem superar o modo de produção capitalista, na luta pela igualdade de direitos, obtendo remuneração que suprisse suas necessidades básicas e valorizassem o seu trabalho frente às funções exercidas por cada indivíduo.

No contexto da industrialização e dos avanços tecnológicos, é de grande relevância ressaltar os dois modelos que foram base desse modo de produção, a partir da década de 70, sendo eles o taylorista e o fordista, produção em série e massa, que se buscava por uma flexibilização no processo produtivo; não era necessário que o trabalhador fosse qualificado, e sim, especializado para o controle de uma dada mercadoria, assim o trabalhador estaria novamente alienado da sua produção e alvo da mais valia, gerada do capital (Montaño, 2011, p. 159).

Constata-se, que devido às grandes alterações ocorridas entre os modelos de produção como já vistas anteriormente, tiveram grande repercussão na

sociedade, sendo necessária a presença de um Estado que criasse novas políticas públicas visando beneficiar as classes menos favorecidas.

Assim, prevê Abranches (1998), que a política social é um órgão do setor público, que tem por finalidade dar acesso aos direitos daqueles que se encontram em situações precárias decorrentes da pobreza.

É importante notar, ainda, que a política social deve ter como meta a universalização. É a instrumentalização de direitos assegurados pelo estado a qualquer cidadão que venha sofrer os efeitos negativos daquelas contingências por ela contempladas. As políticas de eliminação da pobreza absoluta são seletivas. Discriminam positivamente definindo como seus beneficiários apenas aquelas pessoas que se encontram na condição de miséria, geralmente definida em relação a uma faixa de renda mínima ou à manifestação conjunta, persistente e aguda de uma série de carências básicas (ABRANCHES, 1998, p. 15).

Portanto, a pobreza sempre foi tema de diversas discussões e polêmicas no decorrer da história, posto que ao longo dos anos ela se tornou um tema de grande relevância nacional.

3.1 A Pobreza no Brasil

Como já especificado nos tópicos anteriores, a pobreza é a síntese dos problemas nacionais. Em destaque no Brasil, a pobreza acompanha sua formação desde o seu descobrimento.

A interpretação do tema “a pobreza no Brasil” está relacionada a diversos aspectos intimamente ligados a problemas que se apresentam na longa crise econômica brasileira, haja vista a desigualdade que é um aspecto na história latino-americana, sobretudo a brasileira, pois está associada ao distanciamento de recursos e à resolução de problemas, no caso a sobrevivência dos desprotegidos.

Ao longo da evolução histórica, os pobres compunham a camada social dos desclassificados. Quanto a isso, Souza comenta que:

A pobreza perpassou toda a sociedade colonial entre a riqueza e a opulência de outras classes sociais [...] Os pobres constituíam uma camada

social ou de impossibilitados criados na indigência, sem condições suficientes de sobrevivência. Viviam de biscates e esmolas, amparados pela caridade da Misericórdia e da igreja. Essa camada de desclassificados sociais foi se alargando no século XVIII (SOUZA apud Siqueira, 2011, p. 6).

Até a abolição da escravatura, nosso país já se encontrava com número elevado de pessoas em situação de pobreza, sendo a sociedade daquela época, já marcada por dois extremos muito bem definidos, ou seja, senhor e escravo. Nesse espaço, a população que já era livre, porém pobre, protagonizava um processo constante de miséria e exclusão, fato este que ocorria desde o Brasil colonial.

Todavia, tais extremos ainda existem, pois somos um país completamente desigual e extremamente assimétrico. Nesse sentido, para TELLES (1993),

Um país caracterizado por uma história regida por um privatismo selvagem e predatório, que faz da vontade privada e da defesa de privilégios a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social, pela recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social (TELLES, 1993, p. 2-4).

Tal assunto resume-se a um fenômeno que vem acompanhando a história do país ao longo de anos e, muito embora não sejamos um país pobre, a pobreza infelizmente ainda faz parte do cotidiano de grande parcela da população.

Assim, a pobreza decorre em grande parte, de um quadro de desigualdade, marcado por forte concentração de renda, sendo que o Brasil fica entre os países de maior acumulação de renda do mundo (Silva, 2010, p. 156). Nesse sentido, visto sob o âmbito da experiência diária, os impactos negativos que são constantemente produzidos por sua transformação, deixam marcas intensas na população empobrecida, sendo elas: desemprego, alimentação insuficiente e moradia precária, dentre tantas outras existentes.

O aumento gradativo da pobreza traz consigo a desigualdade gerada pela má distribuição de riqueza. Sendo assim, nosso país, gerado em meio à desigualdade social, tem vivido um desafio histórico cultural, ou seja, o cidadão é excluído do acesso a bens e serviços, e, também de suas mínimas condições de

dignidade, não sendo vistos como pessoas portadoras de direitos. Logo, para Pereira (2002):

[...] isso mostra que o Brasil é um dos países mais injustos do mundo, apesar de não ser propriamente pobre, já que ocupa um lugar relevante no ranking das economias internacionais. Essa injustiça assenta-se numa desigualdade pouco comum, se comparada com a média da desigualdade mundial. Se o nível de desigualdade brasileira – diz um estudo do IPEA – fosse parecido com a média da desigualdade mundial, o Brasil teria 10% de pobres, e não os atuais 30%, e a distância entre ricos e pobres seria menos gritante do que a existente (PEREIRA, 2002, p. 232).

Nosso país, de dimensões continentais, é conhecido no cenário internacional como detentor de muitas riquezas, porém, há uma contradição, pois ao mesmo tempo que somos um país rico, possuímos número elevado de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Logo, esse pensamento é perfeitamente aceito, pois Wlodarski (2011, p. 7) comenta que no Brasil, a pobreza não ocorre devido à falta de recursos, mas sim, da desigual partilha de renda. No entanto, o Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade do mundo.

Então, para Wlodarski, a desigualdade é peça chave do alastramento da pobreza no Brasil, uma vez que o mesmo não é um país pobre, mas um país desigual.

Conforme Telles (2001);

A pobreza contemporânea parece, na verdade, construir uma espécie de ponto cego que desafia teorias e modelos conhecidos de explicação. Ponto cego instaurado no centro mesmo de um Brasil moderno, a pobreza contemporânea arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve configurada “desde sempre”: nas franjas do mercado de trabalho, no submundo da economia informal, nos confins do mundo rural, no Nordeste de pesada herança oligárquica, em tudo o mais, enfim, que fornecia (e ainda fornece) as da lógica excludente própria das circunstâncias históricas que presidiram a entrada do país no mundo capitalista. Ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país, seja pela deterioração salarial que se aprofundou durante os últimos anos, seja pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida nas cidades, seja ainda pelo desemprego em larga escala que atinge o setor formal da economia (TELLES, 2001, p. 15).

Assim sendo, a pobreza é apresentada de formas determinantes, sendo que um dos principais fatores é o modo de produção capitalista, ou seja, a

exploração do trabalho e o processo de globalização. Além disso, outro fator que determina a pobreza no Brasil são os avanços tecnológicos, esses que contribuem de forma significativa para o aumento do desemprego, visto que com o aumento das tecnologias, o mercado de trabalho fica cada vez mais exigente e exigindo trabalhadores com nível maior de escolaridade, reduzindo assim, o número de trabalhadores com menor qualificação.

Para Yazbek (1996), a sociedade está, dia após dia, vivendo no seu limite, pois segundo a autora:

A violência da pobreza constitui parte da nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea, impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais que muitas vezes ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la (YASBEK, 1996, p. 61).

A pobreza submete a população à fome, às doenças, à privação do básico, bem como à privação do exercício da cidadania.

Portanto, mediante o contexto estudado, faz-se necessário realizar um recorte dentro da perspectiva de que o Brasil é um país rico, porém um país pobre. O próximo tópico tratará de trazer critérios que caracterizem o cotidiano da pobreza.

3.2 Como os Autores Definem a Pobreza

Atualmente a pobreza é vista como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, onde o indivíduo, em estado de pobreza, apresenta dificuldades que partem desde uma alimentação sem qualidade, falta de moradia adequada até o acesso precário ao saneamento básico.

Segundo Nascimento (1993), desde a antiguidade, a pobreza já se configurava através de diversos estereótipos e uma das figuras representativas da

pobreza era a imagem de Jeca Tatu, o mais conhecido como o preguiçoso e sem ambição. Ainda;

Nos anos de 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença. Hoje, a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim, a violência institucionalizada, colocando em risco a própria vida (NASCIMENTO, 1993 apud IAMAMOTO, 2007, p. 42).

Tomando como base o exposto acima, percebe-se que as políticas sociais infelizmente ainda são deficientes, pois há um encobrimento da real situação em que se encontra a população brasileira. Sendo assim, é mais fácil deparar-se com termos e definições que banalizem o conceito pobreza, ficando mais cômodo assumir que grande parte da população está em condição de pobreza porque não encontra outra opção, porque não há emprego e por grande parte da riqueza de nosso Brasil estar nas mãos de poucos.

Já, para Jhonson (1997), num sentido mais amplo, a pobreza é:

[...] uma situação na qual as pessoas carecem daquilo de que tem necessidade para viver. Os limites de “necessidade para viver”, no entanto são matérias de definição. Se a pobreza é definida em termos absolutos – aquilo que os indivíduos precisam para sobreviver fisicamente, torna-se mais simples definir o ponto em que as pessoas se tornam mais pobres. A experiência de pobreza, porém depende também do quanto as pessoas tem em comparação com as outras pessoas na sociedade e com valores culturais que definem a “boa vida”. [...] Quanto mais comum a pobreza, maior a pressão pública para que alguma coisa seja feita a respeito (JHONSON, 1997, p. 176).

Assim sendo, a pobreza possui diversos conceitos que se apresentam de forma simples, até visões mais complexas. Alguns autores percebem a pobreza como apenas a privação de necessidades básicas, já outros a englobam em várias dimensões. Sob esta perspectiva, cabe aqui um estudo mais aprofundado sobre o termo. Neste sentido, no meio científico, a compreensão de pobreza é apresentada de formas heterogêneas pelos autores que escrevem sobre o assunto, não sendo possível encontrar, na literatura existente, um conceito disponível que seja aceito de

forma unânime pelos estudiosos (RIBEIRO, 2010). Sendo assim, aprender as variadas dimensões no que tange à pobreza, considerando suas especificidades (histórica, econômica, social e cultural), exige grande esforço investigativo.

Rocha (2006) é necessário entender o contexto das carências que envolvem o ser humano, para com isso possibilitar respostas. Porém, segundo a autora, esta é uma tarefa árdua, conforme reconhece, pois;

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se a questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associada a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais – subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? (ROCHA, 2006, p. 10).

Dessa maneira, entende-se que a pobreza é um fenômeno complexo, e seria necessário um entendimento unificado sobre a mesma, inclusive porque somente a partir desse discernimento é que seria possível novas políticas sociais para minimizar seus efeitos.

SEN (1999) entende a pobreza como carência das capacidades básicas de um indivíduo e não somente como critério de renda de um patamar pré-estabelecido. O mesmo autor ainda adverte que;

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc., com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios (SEN, 2000, p. 114).

Como ressalta o autor, buscar respostas a partir de investimentos em educação e nos serviços de saúde, não diminui a pobreza, pois para isso seria preciso um conjunto de ações e políticas para transformação da realidade.

Como escreve Abranches (1994), a pobreza é caracterizada como destituição, pois segundo o autor:

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar. As pessoas muito pobres, que consomem a maior parte de suas energias para sobreviver por um triz, não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade. Por isso são, também, politicamente mais fracas e mais dependentes. Sua existência, nessa condição, debilita toda a nação. Porque nas comunidades em que parcela de seus membros permanece sem direitos e sem liberdade, o direito e a liberdade estão sob permanente ameaça (ABRANCHES, 1994, p. 16).

Nesse sentido, entende-se que existem diversos fatores que influenciam essa destituição, a “cultura da pobreza”, ainda historicamente enraizada na sociedade é um deles, onde a pobreza é justificada por preguiça e pela falta de vontade do indivíduo em superar essa situação. Pereira (2002) defende que a pobreza se representa por condições sociais e humanas inaceitáveis, e talvez por isso segundo a autora, sua erradicação é um dos maiores desafios para o século XXI.

MARTINS (1991 apud JESUS et al. 2004, p. 43) fortalece essa ideia quando estabelece que pobreza é algo “que é muito mais que falta de comida e habitação, é a carência de direitos, de possibilidades, de esperança”. Já, Yazbek (2009) entende que a pobreza:

[...] vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover a sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YAZBEK, 2009, p. 73)

Contudo, para Rocha (2005, p. 19), é necessário um indicador que caracterize a pobreza além de como ela se apresenta. Pois, segundo o mesmo

autor, para que este indicador seja válido, é indispensável que ele incorpore um conjunto de necessidades básicas, conforme a citação elencada acima.

Para Wanderlei (2006), a pobreza está intimamente interligada a questões como a cidadania, sendo fruto do processo de desigualdades sociais, isto é, um capitalismo que vem se agravando a cada dia, sendo que;

A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional, atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto os outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes, discriminados, por exemplo). Não é resultado apenas de fatores, como o precário acesso aos serviços públicos é, especialmente, a ausência de poder (WANDERLEI, 2006, p. 23).

De fato, a análise de pobreza referenciada nesta citação evidencia a precária inserção do cidadão no mercado de trabalho, a autora também faz referência à renda, onde fica claro que este não é o único problema relacionado à pobreza, pois, conforme já mencionado neste capítulo, a pobreza é a junção de múltiplos mecanismos que contribuem para essa leva de pobreza.

Nessa perspectiva, escolhemos para esta pesquisa a definição do renomado autor Abranches (1998), que define pobreza da seguinte forma:

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destruição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso as oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar (ABRANCHES, 1998, p. 16).

Pelo exposto, e não desconsiderando a ideia que cada um dos autores estudados tem sobre o tema, optamos por pesquisar as questões que influenciam as peculiaridades de vida desses envolvidos.

O autor apresenta de forma clara como a pobreza se apresenta em nossa sociedade e elenca quais são os meios pelos quais as pessoas se privam do acesso aos direitos básicos. Assim, o sistema capitalista é o cenário principal de toda essa desigualdade social existente em nossa sociedade.

3.3 O Cotidiano da Pobreza

Ao abordarmos o tema sobre a visão que as famílias têm sobre si e mediante a situação de vulnerabilidade vivenciada, é preciso realizar um aporte sobre como é essa pobreza, e quais são as adaptações que as pessoas realizam diante desta situação.

Yazbek (2003), em seu clássico livro *Classes Subalternas e Assistência Social*, faz referência de como as pessoas em situação de exclusão pensam, julgam onde estão localizadas, como realizam seus projetos e como se sentem na condição de assistidos. Em linhas gerais, a autora faz as seguintes indagações:

Quem são os que recorrem à assistência social? O que pensam, julgam e fazem? Como constroem uma visão de mundo e de si mesmos? Como organizam significativamente o real no processo de constituição de uma identidade marcada pela condição subalterna? Como, tantas vezes, tornam “seus” projetos e valores que, na realidade, são contra eles? Qual é, sobretudo, a lida que transcorre no dia-a-dia daqueles que as diferentes formas de pobreza e exclusão acabam por condenar a partilhar muito pouco da riqueza social? O que é constituir-se em alvo de serviços de assistência no conjunto das experiências que vivenciam? Como a condição de “assistido” interfere no processo de identificação em termos da reposição/ruptura da subalternidade? (YAZBEK, 2003, p. 83).

Assim sendo, reconhecemos que as famílias marcadas por um conjunto de carências são estigmatizadas pela sociedade que se vê na condição superior a essas famílias, haja vista a situação de exclusão vivenciada pelas mesmas, que já fora abordada anteriormente e apresentados os diversos fatores internos e externos que fazem com que sejam excluídas pelo próprio sistema.

O cotidiano da pobreza para as famílias que vivenciam a referida situação é, muitas vezes, visto pelas mesmas de forma naturalizada. Porque o ser humano em seu processo de transformação é adaptável a qualquer circunstância e com a pobreza não é diferente. Mesmo no seu cotidiano, sendo excluído de todos os bens sociais existentes ainda acabam se aclimatando no ambiente que lhe é imposto. Neste sentido ainda YAZBEK (2003), traz a interpretação de pobreza de uma família entrevistada:

Ah! Eu acredito que um dia pode mudá. (referindo-se à pobreza em que vivem) Sei lá. Mesmo que seja quando eu tivé morrido. Pros meus filhos, pros meus netos. Eu acredito que um dia mude... pois há as pessoas que lutam antes, bem antes que eu. Eu acho que é uma maravilha essas pessoas...você se sente bem com ela.”(Maria de Nazaré) (YAZBEK, 2003, p. 130)

Maria de Nazaré deixa claro seu conhecimento sobre a exclusão que vivencia com sua família; outro ponto apresentado pela mesma é o desejo de mudar essa realidade imposta aos seus.

Com isso, o estado de pobreza que diversas famílias vivenciam, torna-se algo natural no seu cotidiano. Ainda, para a autora, a “reprodução das desigualdades sociais” é mediatizada por situações objetivas, mas supõe a persuasão dos subalternos de que aqueles são os seus lugares certos, na sociedade (YAZBEK, 2003, p.132).

O próprio sistema social vigente traz para toda a sociedade o conceito de que os pobres não têm o desejo de mudar o cenário de exclusão que vivenciam, e através do olhar do senso comum, a sociedade os veem como acomodados e até mesmo preguiçosos sem a perspectiva de mudança. Mas o problema vai muito além do desejo de superar a pobreza.

As ações existentes têm como propostas “ocultas” manter os indivíduos submissos à realidade, ligada à carência imposta a eles por todos os dias de suas vidas.

Assim, desde tempos remotos, verificamos que a humanidade lida com as rotinas, o homem precisa de hábitos e rotinas para tornar o dia completo e produtivo. Assim, para Netto (1987), “em cada época histórica, os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciáveis”. O ser humano sempre faz aquilo que lhe é costumeiro: indo para o trabalho, faculdade, cuidando dos afazeres domésticos, levando filhos ao colégio, viajando, buscando pão para o café, indo no bar tomar sua pinga, na feira comprar verduras, etc. Assim é o prosseguir daqueles que são dependentes das atividades diárias, como cita o autor “não existe vida humana sem cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas de vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer, etc.” (NETTO, 1987, p. 23).

Destarte, compreender um cotidiano de pobreza é desvelar suas mazelas; basta incorporar-se a uma dura realidade cheia de necessidades e

privações em vários âmbitos sociais. Começa com as necessidades básicas: a alimentação que o pobre necessita para se manter durante o dia, a saúde, para que sobreviva, de forma digna, ou consiga um trabalho para manter seu sustento e de sua prole. Segundo a revista *Desafios do Desenvolvimento* (A Pobreza e suas Dimensões, 2007), "o acesso ao trabalho (representa a oportunidade que uma pessoa tem de usar sua capacidade produtiva". E essas famílias na sua rotina, buscam um lugar, um viaduto, uma casa improvisada de papelão ou mesmo um teto para passar a noite. Ainda, a revista mostra-nos que a moradia precária é um gravíssimo indicador de pobreza, já que impede o desenvolvimento humano e restringe o acesso à cidadania.

Rotinas como essa, de extrema pobreza, em que o cidadão (pode-se chamá-lo assim?), tem seus direitos violados de maneira desrespeitosa, compromete o sustento, a sua sobrevivência e a de sua família.

Em outros casos, as atividades seculares começam na madrugada, que inicia às 3h da manhã para levantar-se, preparar o almoço, encaminhar os filhos para a escola, ajeitar as roupas, tomar condução, ou seja, várias conduções até chegar ao destino certo seu local de trabalho. Alguns chegam a seus lares para repousar, depois de uma longa jornada de trabalho noturno, outros não tem para onde ir, não conseguem se inserir no mercado de trabalho competitivo, ou os que não conseguem sair do seu estado de pobreza por falta de oportunidades, muitas vezes por preconceito, por distinção de raça, cor ou religião. Esse duro cotidiano em que se alicerça a pobreza, vem traçando rotinas sequer imagináveis.

Essas rotinas não são engessadas em um cotidiano cheio de pobreza e desesperança; pelo contrário, muitos carregam dentro de si sonhos, esperança de uma vida melhor, de conquistas que, muitas vezes, são inatingíveis, mas essa hierarquia de rotinas, hábitos, e atos repetitivos, mostra como o homem pode produzir e reproduzir-se em sua vida social, como se manifesta através do seu cotidiano, tornando-se um reprodutor de atividades. Contudo, as prioridades de sobrevivências como trabalho, alimentação, saúde, moradia e educação, tem se distanciado da realidade dos pobres, pois somente conseguem seus recursos, por aquele dia, tão somente para sobreviver.

As condições de vida dos pobres, segundo eles mesmos, são geralmente, críticas e negativas. Uma parte considerável da população pobre não

recebe nenhum apoio institucional que não seja o da sua própria família. (CRESPO, 2002, p. 9).

Diante de tantas dificuldades e desigualdades que os pobres enfrentam, ainda existe “o mundo dos ricos”, onde por um lado, a fartura se acaba se tornando um desperdício, onde os menos favorecidos se fartam em seus lixos, faz fazendo destes o pão de cada dia. Essas são as rotinas de um pobre que mal consegue passar de um dia para o outro.

3.4 Artimanhas da exclusão social

O tema exclusão vem se tornando assunto de grande relevância social, no sentido de entender sua origem, procurando desmistificar as causas que ocorreram para que o indivíduo viesse a ser excluído pela sociedade.

Segundo Martins (1938, p. 29), a exclusão teve sua origem a partir da introdução do sistema capitalista afetando o indivíduo em seus valores e padrões. No entanto, essas alterações no modo de produção induziram a vinda de vários imigrantes europeus, italianos e espanhóis, para o Brasil, no final do século XIX e início do século XX, porém estes estavam sendo excluídos de suas terras pela lógica do capitalismo, que visava obter o lucro através da circulação do mercado, como cita no parágrafo abaixo:

A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno racional (MARTINS, 1938, p. 30).

Com isso, a exclusão já vinha se constituindo de forma ampla atingindo vários países, como visto com os imigrantes na Europa, porque os capitalistas, através das compras das terras, pretendiam desapossá-los (excluir) e ao mesmo tempo incluí-los no trabalho, como operários assalariados. Por vender sua força de

trabalho, acabavam, assim, sendo absorvidos pela indústria de forma drástica com um emprego precário (Martins, 1938, p. 30).

Porém, a exclusão pode estar relacionada a um nível de consciência contraditória, isto é, de como agimos e conseqüentemente trará uma ação que poderá afetar o próximo.

Para Martins (1938, p.18) a exclusão pode ser apenas um momento de percepção, de como cada pessoa entende sobre o significado de privação, vista como: privação de emprego, privação dos meios de participação do mercado de consumo, privação do bem-estar, inclusive a privação dos direitos, liberdade e da esperança.

Nota-se que o autor conceituou os termos acima para desmistificar a exclusão como uma nova roupagem da pobreza, pois a pessoa pobre no mundo moderno não é somente aquela que é carente economicamente para seu sustento, mas sim, a que sobrevive à mercê da sociedade de forma irregular e excludente em diversos fatores sociais (Martins, 1938, p. 18).

Portanto, como entender uma temática tão discutida nos últimos tempos que vem causando desestruturação social àqueles que dela participam? A exclusão social está ligada ao desenvolvimento econômico do país, pois através dele surge a riqueza para uma minoria e a pobreza para muitos, tirando as expectativas daqueles que sonham em sair dela, porque é embasada na falta de trabalho, educação, saúde, moradia aquilo que o ser humano necessita para sobreviver de forma digna e humana, como expressa o autor:

O termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do país a que pertence. No Brasil, esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação (GOMES, 2004, p. 3).

Já, para Campos (2003), existem novos modelos de exclusão social, ou seja, ela evolui e de forma potencializada, ela tem crescido:

[...] a nova exclusão social passa a ser retratada como manifestação de novos tipos de desigualdades como aqueles não contemplados por políticas sociais de inclusão existentes, pelo desemprego estrutural generalizado, pelo aumento dos moradores de rua que caracterizam uma das formas de exclusão dos direitos humanos (o direito à moradia), formas de precarização do mundo do trabalho e de rendas insuficientes bem como os problemas relacionados com o advento da insegurança social ocasionada pela explosão de diversas formas de violência (CAMPOS et al., 2003, p. 33).

O contexto da exclusão social está associado a pobreza, isto é a partir do momento que o indivíduo não consegue suprir suas necessidades vitais, e em outros casos, seus direitos como cidadão não são exercidos. Além de serem excluídos, sofrem os descasos e o desprezo, por fazerem parte dos rotulados como marginais, vagabundos, vivendo à custa do governo e outros termos mais, como passam a ser identificados. É importante lembrar que essa massa da população padece não somente a carência de bens materiais sofre também, a carência de direitos, de oportunidades e de esperanças.

A exclusão faz com que o sujeito se engesse no estado em que encontra, até por que mediante isso, é pouco provável ele enxergar outra realidade, até porque, provavelmente, a atual sociedade diria que ele vive o resultado do que produziu a vida inteira.

As privações e sofrimentos que esse cidadão tem diante do setor público, com as políticas imediatistas, resolve somente o problema do momento, fazendo com que se distancie cada vez mais de uma perspectiva de melhora, sendo que tais políticas se limitam diante de uma demanda que busca, a qualquer preço, suprir suas necessidades. Nas palavras de Cesconeto (2005), “O contexto atual tem acelerado o processo de exclusão de um contingente populacional cada vez maior que vêm reduzidas as possibilidades de acesso, tanto pela redução quantitativa como qualitativa nos serviços sociais públicos” (CESCONETO, 2005, p. 2).

A exclusão social possui várias facetas; talvez isso se dê pelo processo de modernização, no qual os excluídos são o resultado de um sistema devastador que os lançaram fora de uma realidade justa e digna a que qualquer cidadão tem direito. Hoje, além de uma gama de pessoas em diversas situações de pobreza, existe um quadro que, além de pobre, é referencial do desprezo, os coitados, desafortunados, sem esperança.

3.5 Vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social é parte de um processo histórico que decorre da exclusão e que afeta o indivíduo na sociedade por meio de condições precárias que as tornam frágeis no seu vínculo social.

No entanto, Kowarick (2009, p. 19) considera duas classificações para a vulnerabilidade, a socioeconômica e a civil, vistas no interior das camadas mais pobres, que se encontram desprotegidas no seu meio social, conforme o parágrafo abaixo.

A vulnerabilidade socioeconômica e a civil, refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação, e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania (KOWARICK, 2009, p. 19).

Assim, o autor evidencia que a vulnerabilidade traz consigo um conjunto de fatores sociais, que afetam o indivíduo nos âmbitos social e cultural, propiciando-lhe o desemprego e a precariedade do trabalho.

Segundo Kowarick (2009, p. 74), as classes mais vulneráveis, em situação de risco, estão concentradas nas periferias e favelas do país, sobrevivendo na desigualdade, com o precário acesso aos bens sociais, bem como uma habitação de qualidade.

Porém, nos dias atuais, faz-se necessário que, cada vez mais, o Estado empreenda políticas novas, voltadas a essa massa de população excluída.

As vulnerabilidades sociais geralmente são identificadas pela situação econômica em que se encontra o país, sendo que é conforme o seu crescimento que ocorre a expansão das vulnerabilidades. Com as mudanças no contexto social, como desemprego, falta de políticas públicas que venham a dar resultados positivos, as demandas precisam de respostas. Quanto a isso, “a situação de vulnerabilidade social da família pobre está intimamente ligada a miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego” (GOMES, 2004, p. 4). A família é aquela que mais sofre diante das desigualdades sociais, em destaque a falta de emprego, cujos responsáveis são os mais atingidos por esse problema, pois precisam trabalhar e buscar sustento para seu filhos; muitas

vezes o pai de família, ou a mãe, não tem como se empregar, porque o mercado está extinto ou não são preparados para a devida profissão.

Dessa forma, o desarranjo familiar pode ocorrer quando os filhos começam a trabalhar precocemente, motivando a evasão escolar e assumindo o sustento da família, ou outras responsabilidades. Alguns vão para as ruas pedir, outros, quando não participam, fogem de um clima familiar que já estava desconfortável, pela situação de pobreza e violência em que a família se encontra. Devido ao desespero ou ociosidade, alguns pais passam a beber, usar drogas ou prostituir-se ou até mesmo a desencadear o tráfico dentro de seus lares. É o que Gomes (2004) conclui: “As consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento da família” (GOMES, 2004, p. 4).

Onde e como buscar respostas às vulnerabilidades em que as famílias se encontram? O Estado, com suas políticas imediatistas, teria a resposta para tais demandas apresentadas? Mesmo com o avanço da economia, a desigualdade ainda é crescente e lançam fora do mercado muitos trabalhadores que se tornam uma massa falida sem rumo, não tendo nem como sobreviver.

A Política Nacional de Assistência Social coloca a família como o local de formação do indivíduo, para que o mesmo se torne um bom cidadão e cumpridor de seus direitos e deveres. Por isso, a família deve ser protegida bem como ser a base para seus membros. A Política de Assistência enfatiza e cria meios e ações para sua proteção, como é o “Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF” (Tipificação da PNAS, 2009, p. 6). Os serviços são voltados a todas as famílias em vulnerabilidade social para uma melhor compreensão do seu perfil:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial TIPIFICAÇÃO DA PNAS, (2009, p. 7).

Os serviços e ações de proteção à família importam à medida que as políticas sociais sejam realmente efetivadas, ou seja, que ocorra o necessário enfrentamento das suas adversidades, conhecendo o seu território, e as suas

necessidades, para dar respostas positivas através do trabalho social a essa população tão necessitada. Para Gueiros (2010):

[...] a identificação, a valorização e a potencialização das capacidades ou competências dos sujeitos, se realizada de forma que eles se sintam partícipes desse processo, podem, com o devido apoio técnico e acesso às políticas públicas de proteção social, contribuir para a emancipação da família e, conseqüentemente, para o equacionamento de suas adversidades cotidianas (GUEIROS, 2010, p. 5).

Conclui-se que as políticas públicas sociais sejam viabilizadas com foco no cotidiano da família e nas suas necessidades mais imediatas para que possa cumprir o seu papel dentro da sociedade. Caso contrário, o estado, com suas políticas imediatistas faz crescer a desigualdade, lançando fora do mercado muitos trabalhadores que se tornam uma massa falida, sem condições de sobreviver.

4 PROTEÇÃO SOCIAL

A forma de proteção da sociedade antiga era diferente da atual. Suas necessidades eram levadas a pequenos grupos como as igrejas, as associações de caridade que, de alguma forma, tentavam proteger os indivíduos dos riscos que corriam. “As das solidariedades tradicionais de base familiar e comunitária” (Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil, 2009, p. 57). Os pequenos grupos já não podiam mais resolver tais situações e necessidades, e diante disso foi preciso uma intervenção maior. Então, para que houvesse atendimento a essas pessoas que muitas vezes se sentiam desprotegidas diante das dificuldades, houve a necessidade da intervenção de profissionais, e do próprio Estado, assumindo de maneira categorizada e viabilizando meios adequados de proteção social.

O antigo sistema de proteção mobilizava a família, a comunidade e as associações filantrópicas e religiosas e vigorou até o momento da intervenção das categorias profissionais e do Estado, na assunção das funções clássicas de proteção social, já no final do século XIX e início do século XX. Dessa maneira, os sistemas de proteção social são formados com base no compartilhamento dos riscos gerados pela situação de dependências pela sociedade, Mercado e Estado, em diferentes momentos

históricos, conformando, portanto, a própria história da proteção social (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 18).

Em diferentes momentos da história da humanidade, as desigualdades sociais são visíveis, em vários âmbitos. De acordo com o desenvolvimento econômico, ocorrem as múltiplas situações de escassez, como a falta de dinheiro, de habitação e saúde, que vão variando à medida que a sociedade evolui. Na sociedade moderna surgem as necessidades de enfrentamento a essas questões, que já devem ser discutidas a partir do seu surgimento, de suas origens. Segundo Viana e Levcovitz (2005), tais enfrentamentos começaram:

Na Inglaterra, berço dos grandes inquéritos sobre a pobreza, ainda na nascente sociedade industrial, a intensa produção de dados fomentou o debate sobre intervir ou não intervir nas condições de pobreza, debate que se intensificou a partir da discussão sobre os efeitos das Leis dos Pobres (do final do século XVIII) (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 19).

Foi na Inglaterra que surgiram os primeiros problemas de ordem social, devido à chegada do capitalismo industrial, com também as primeiras discussões sobre a pobreza e o seu enfrentamento, como o Estado se defrontaria com essa situação, quais as ferramentas necessárias para combatê-la. Mas um modelo despontou no período pós-guerra: foi o Welfare Estate, inovador, tanto para a classe trabalhadora quanto para a patronal, foi implantado de acordo com as necessidades sociais e a partir de políticas sociais que atendiam aos trabalhadores e ampla parte da sociedade, principalmente a classe média.

Com a expansão desse modelo de Estado, há a “expansão do emprego e a incorporação dos ganhos de produtividade pelos salários; o crescimento de um consumo de massas; a teoria keynesiana que legitima a intervenção pública; e o crescimento da capacidade administrativa do Estado” (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 21). As preocupações que o governo da época tinha com seus cidadãos eram as de protegê-los de situações advindas de circunstâncias naturais ou aquelas que emergiam do próprio sistema da economia do país, que desvelavam a pobreza e suas raízes e, assim, poupavam os cidadãos de sofrerem por tais circunstâncias.

A proteção social surge juntamente com o Estado através do sistema capitalista, no mesmo período em que os estados democráticos e a sociedade civil

articulavam uma reformulação sobre os padrões de proteção. “Porém, foi somente no período específico pós-guerra que emergiu esse tipo particular de articulação entre Estado, Mercado e Sociedade, assentada, por um lado, na relação entre produtividade, salário, demanda, lucro e investimento, por outro, entre salário, contribuição e benefícios” (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 22).

A formação histórica da proteção social está vinculada aos riscos que as famílias e indivíduos sofrem dentro de uma sociedade. O que se tem visto hoje são os riscos do passado que não foram resolvidos e vão se perdurando e fortalecendo os novos na vida dos cidadãos. Por conseguinte, tornaram-se permanentes. Desta forma, inovações são necessárias, articulando-se poder público e sociedade civil para o desmonte dos riscos sociais, frutos do próprio crescimento econômico.

A Proteção Social no Brasil teve seu marco a partir da Constituição Federal de 1988. A história da Assistência Social começa a ser mudada e reconhecida como proteção social não contributiva, expandindo-se em vários meios. Ela não resultou somente do atendimento à classe trabalhadora, legalizando o trabalho formal, como uma organização social no país. O caráter da proteção é a efetivação de direitos, já garantidos pela CF, e o reconhecimento do indivíduo como verdadeiro cidadão portador de direitos. A Assistência Social já foi palco de vários embates, alguns contraditórios, fazendo parte de movimentos que levaram a sua efetivação como política de proteção gratuita ao cidadão brasileiro. É preciso compreender a proteção social não contributiva como campo de gestão pública, conceituando-a segundo:

[...] o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter reservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais. (CONCEPÇÃO E GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL, 2009, p. 20).

A proteção social brasileira tem como finalidade ser preventiva, antes que o indivíduo, ou sua família, venha a sofrer ou ser ameaçado de qualquer risco social, estendendo a prevenção até a zona de risco, ou seja, no território onde

ocorre violação de direitos e violências, a proteção social previne e ampara a família e o indivíduo de qualquer risco que possa ameaçá-los.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) prevê que “a proteção social não contributiva deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia): a acolhida, de convívio ou vivência familiar”, visto que a extensão da proteção social vai para todos os membros da sociedade garantindo-lhes salários em decorrência de desemprego ou em outras situações.

A acolhida garante o direito de sobrevivência que compreende desde o período da alimentação básica até a manutenção da autonomia. Infelizmente, alguns indivíduos não a alcançam por motivos diversos e limitações. Outra inquietação que não deixa de ser notada pela proteção social é a convivência familiar, devendo assegurar acolhimento a algum membro da família, separado, ou que esteja em reclusão, sem disparidades nos vínculos familiares, mesmo a frente de questões culturais, sociais, entre outras.

Faz-se necessário mudar a compreensão de proteção social, desmistificando, de vez, a de que a mesma só ocorre após a violação de direitos. Ao contrário, proteção está mais para prevenção, razão pela qual deve ser aplicada juntamente com assistência social para que famílias e indivíduos não venham a ficar desprotegidos. Segundo as PNAS (2004), “para além da proteção social, ela deve manter a vigilância social e a defesa de direitos socioassistenciais”, entendendo-se que a proteção social, no campo da assistência, deva ser um conjunto de intervenções que venham a prevenir e proteger de qualquer desamparo. Para Viana e Ibañez (2005) a proteção social vai determinar os riscos que os indivíduos sofrem em várias fases diferentes de sua vida e até em momentos históricos que têm marcado a proteção social que “consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência” (VIANA; IBAÑEZ, 2005, p. 17).

Assim, proteção social não só procura livrar o indivíduo dos riscos sociais, mas também neutralizar os historicamente conhecidos que ocorrem na sociedade como a velhice desamparada e o desemprego e outros mais. Por conseguinte, e como forma de prevenção, têm-se algumas modalidades de políticas presentes no Estado, como a assistência social, de caráter não contributivo, onde a

finalidade é oferecer ao cidadão o acesso a todos os serviços socioassistenciais e a seguridade social, de natureza contributiva, que assegura ao cidadão continuar a receber o seu salário quando adoece ou sofre algum tipo de acidente trabalhista. Neste caso, Silva, Yasbek e Giovanni (2004) asseveram que:

No Brasil, como nos países da Europa, os direitos sociais se organizaram pela via do seguro social, um sistema de cotizações de caráter obrigatório garantido pelo Estado, que abre acesso a uma renda nos casos em que o risco de doença, invalidez, velhice e desemprego impeçam o trabalhador de suprir, pela via do trabalho, a sua subsistência (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 21).

A expressão *direitos sociais*, referida no capítulo II da Constituição Federal, suscitou dúvidas entre os legisladores, estendendo-se a grandes discussões sobre qual área faria parte, se a proteção social ou à legislação do trabalho, sendo afinal, direcionada à segunda, devido às suas atribuições específicas. Mesmo as duas sendo de caráter social, foi preciso desvincular uma da outra. Os direitos sociais devem ser entendidos na legislação maior, como o que está mencionado em cada elemento constitutivo da sua definição: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (CF, 1988, Art. 6º).

Para milhões de brasileiros, a conquista foi a introdução dos direitos sociais como responsabilidade do Estado. Seu compromisso em atender às necessidades básicas de seus membros, criando meios e ações para atender aos demandatários.

Já a proteção social não contributiva segue seus princípios para a efetivação dos direitos sociais. A proteção social não contributiva nasce do princípio de preservação da vida e, sobretudo, a partir do terceiro fundamento da república brasileira: a dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, inciso III). Entre os direitos sociais, estão a segurança, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (CF/88, art. 6º). No artigo 203, relativo à assistência social, a CF/88 estende essa proteção:

- à família;
- à maternidade;
- ao ciclo de vida (infância, adolescência e velhice) e, neste último caso, com o acesso ao benefício de um salário mínimo;
- às pessoas com deficiência (promoção, habitação, reabilitação, acesso ao benefício de um salário mínimo) (CONCEPÇÃO E GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL, 2009, p. 37).

Conhecer os direitos sociais é saber que eles foram concebidos a todos os brasileiros, mesmo àqueles que menos necessitam; a relevância é que esses direitos precisam ser efetivados, pois diante da realidade que muitos vivem, podem tornar-se contraditórios. É notória a violação de direitos provocada pelo Estado na vida dos indivíduos. A constituição prevê a dignidade humana como uma de suas primazias, mas o que ocorre é um paradoxo, pois quem deveria proteger é o primeiro a desresponsabilizar-se de seus cuidados. Como dignificar um indivíduo que não tem onde morar, nem trabalhar, nem estudar, nem suprir suas necessidades vitais?

Por outro lado, é de ressaltar a luta de muitos brasileiros pelas categorias da classe trabalhadora com seus objetivos atingidos, a seguridade na maternidade, aposentadorias, benefícios a trabalhadores em atividades insalubres, trabalho para as pessoas com deficiência e segurança aos desamparados. A Constituição preocupou-se com o tema *crianças e adolescentes*, considerando-o não só como responsabilidade do Estado, mas também da família, de cuidar e proteger seus filhos, como sujeitos de direitos, em sua formação e desempenho, com amparo legal através do ECA. Nesse contexto, inclui-se da mesma forma a pessoa idosa, primeiramente com o amparo e os cuidados dos seus familiares, como também do usufruto dos seus direitos estatuídos em lei própria. Para uma melhor compreensão da Lei Maior do país, na sua particularidade, ela rege cada área com suas especificidades para atender ao que dela necessitar com cobertura total.

As políticas de proteção social tiveram um crescimento a partir dos anos 90, com os programas de renda mínima, bolsa família, entre outros, programas que foram sendo materializados à medida do crescimento das demandas sociais no Brasil.

A expansão das políticas de proteção social não se limitou, contudo, à regulamentação das determinações constitucionais. A partir dos anos 90 e especialmente nos anos 2000, o Estado brasileiro passou a operar com uma gama progressivamente mais ampla de políticas sociais, respondendo a problemas sociais que se impuseram à agenda pública. É o caso, atualmente, da política de segurança alimentar e nutricional e de um conjunto de programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti ou o Programa Bolsa Família que atendem amplos segmentos da população, com efetivos impactos sobre a situação de pobreza e de desproteção social (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 18).

Desse modo, trataremos de apresentar as formas de enfrentamento à pobreza, ou seja, os programas de transferência direta de renda e os outros meios que o cidadão procura para suprir suas necessidades básicas.

4.1 Trajetória histórica dos programas de transferência de renda no Brasil

Os programas de transferência de renda no Brasil resultam como um método para o enfrentamento à pobreza, sendo esta uma das causas que mais vem prejudicando a sociedade nos últimos anos, decorrente da má distribuição de renda. No entanto, é de grande importância que se compreenda a existência dos programas de transferência de renda, sabendo que os mesmos fazem parte de um sistema de proteção social que teve início com as mudanças ocorridas na sociedade socioeconômica, no decorrer dos anos de 1930 e 1943, como apontam os autores Silva e Silva.

Trata-se de um período marcado por grandes transformações socioeconômicas, pela passagem do modelo de desenvolvimento agro-exportador, para o modelo urbano-industrial. Nesse contexto, ocorre também um profundo reordenamento no que diz respeito às funções do Estado Nacional, quando o Estado passa a assumir, mais extensivamente, a regulação ou provisão direta no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo (SILVA e SILVA apud NEPP, 2008.p.25).

Nota-se que, nesse período, o Estado intervém na sociedade através de mecanismos relacionados às políticas públicas, como na área da saúde, educação, entre outros, como visto no parágrafo acima.

Segundo Silva e Silva (2008, p. 48), o primeiro momento importante dos programas dá-se no ano de 1991, com a aprovação da Lei n° 80/1991, em 16/12/1991, que prevê a inserção do *Programa de Garantia de Renda Mínima* (PGRM), proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, com o intuito de satisfazer as necessidades básicas individuais e familiares no combate à pobreza.

Verifica-se que os programas de transferência de renda tinham, como proposta, amparar as classes sociais mais afetadas pela evolução da pobreza, assim como o programa *Bolsa-Escola* que visava a permanência das crianças na escola, diminuindo a evasão e repetência por meio do benefício recebido, segundo Silva e Silva (2008, p. 114).

Em 1992, por motivos elevados referentes à crise econômica, formou-se o *Movimento: Ética na Política*, pelo qual ocorreu o impeachment do presidente Fernando Collor, ressaltando-se, assim, o tema relevante na agenda pública sobre a fome e pobreza, desenvolvida através da *Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria pela Vida*, promovida pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e incorporada pelo governo de Itamar Franco, em 1993, com o nome de *Plano de combate à Fome e à Miséria*, como dispõem Silva e Silva (2008, p. 95). No entanto, no ano de 1995, esse plano de combate à fome acaba sendo trocado por outro cujo tema instituído foi *Programa Comunidade Solidária*, do governo de Fernando Henrique Cardoso, que visava combater a pobreza em municípios brasileiros que acreditava-se ser os mais miseráveis, como escreve Silva e Silva (2008, p. 97).

Destaca-se que na luta pela melhoria e implantação de mais programas de transferência, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, contribuiu na execução e desenvolvimento das políticas públicas, voltadas à redistribuição de renda, na geração de emprego, e a unificação de programas federais, segundo Silva e Silva (2008, p.100):

A proposta inicial foi para unificar quatro programas federais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, vale-Gás e Cartão-Alimentação), tendo sido iniciada a implementação inicial em outubro de 2003, com um orçamento de R\$ 4,3 bilhões neste ano e R\$5,3 bilhões em 2004. O novo programa, denominado de Bolsa-Família, prevê o atendimento de 3,6 milhões de famílias, em 2003, apresentando uma meta para atendimento de 7,6 milhões de famílias em 2004 e de 11,4 milhões de famílias em 2006. (SILVA E SILVA, 2008, p.100).

Percebe-se que, com a unificação dos programas federais, a meta a ser alcançada pelo governo era a de obter mais recursos para beneficiar famílias que se encontravam com índice de pobreza elevada.

No entanto, na história das políticas públicas da esfera federal, os programas nacionais de transferência de renda avançaram no ano de 2001, denominando-se como “*Rede de Proteção Social*”, sendo elaborada para garantir os direitos da classe social considerada pobre. Porém, essa rede age como um eixo articulador entre os programas de transferência de renda com outros projetos, como se vê na citação de Silva e Silva (2008):

Trata-se de um esforço articulador de programas, notadamente compensatórios, com ações no campo da educação, da saúde e do trabalho, tendo como eixo programas nacionais de transferência de renda, destacando-se: o Benefício da Prestação Continuada - BPC; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; o Programa Agente Jovem, todos do Ministério da Assistência Social; o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação, o “Bolsa-Escola”, do Ministério da Educação; o Programa Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde; o Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia e, mais recentemente, o Programa Cartão-Alimentação, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, instituído em 2003, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA E SILVA, 2008, p. 101).

Nesse sentido, os programas citados estão relacionados à população carente, os que estão na linha da pobreza, ou seja, os favorecidos precisam preencher os requisitos para receber os benefícios, como possuir renda mensal até meio salário mínimo, salvo o *Benefício de Prestação Continuada* - BPC, que é determinado pela renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo.

Portanto, no âmbito tais programas procuram preencher as lacunas ocasionadas pela má distribuição dos rendimentos, que faz emergir a pobreza entre aqueles que não conseguiram sua inserção no mercado de trabalho, ou o acesso aos bens sociais.

4.2 O Programa Bolsa Família

Uma das principais formas de fazer frente à pobreza seria através dos programas de transferência de renda, como o *Programa Bolsa Família*, do Governo Federal, o *Programa Renda Cidadã* e o *Programa Ação Jovem*, do Governo Estadual. A transferência direta de renda é a que estabelece o repasse direto dos recursos monetários à família ou ao indivíduo. Através desse sistema seria possível

estabelecer articulação entre as políticas de saúde, educacional e de trabalho, direcionadas a todos os públicos, ou seja, a crianças, jovens e adultos, todos de famílias em situação de pobreza.

Assim, os programas de transferência de renda têm duas proposições que são suas linhas norteadoras. Por um lado, os programas apontam que essa transferência monetária facilitaria que as famílias pobres saíssem dessa condição e assim, sucessivamente as crianças que se encontravam em situação de trabalho escravo, ou fora da escola, tivessem essa situação revertida. Por outro lado, a junção entre todas as políticas existentes nas áreas da educação, saúde, e trabalho e com os demais programas, haverá um enfrentamento a todas as desigualdades econômicas e sociais no Brasil.

Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 e conseqüentemente transformado na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, o *Programa Bolsa Família* tem seus objetivos pautados na segurança alimentar e nutricional, na erradicação da pobreza e na conquista da cidadania. Cabe lembrar que houve uma junção de programas como o *Bolsa Alimentação*, o *Auxílio Gás*, o *Bolsa Escola* e o *Cartão Alimentação*, mediante a justificativa de que era necessário um programa único, mais abrangente, cuja unificação ampliaria os recursos financeiros e, conseqüentemente, os valores beneficiários.

Quanto a isso e para melhor distribuição de renda, os autores abaixo destacam que:

Sob a justificativa de ampliação de recursos, elevação do valor monetário do benefício e melhor atendimento, a proposta de unificação tem como propósito mais amplo manter um único Programa de Transferência de Renda, articulando programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, na perspectiva de instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda. (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI)

Desde sua criação, o PBF vem passando por transformações e alterações no que tange à renda estabelecida para a família ser beneficiada pelo mesmo. Hoje, as famílias a serem atendidas são as que têm renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 e filhos de 0 a 17 anos. Também, as famílias precisam ser incluídas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, pois é a partir das informações registradas no CadÚnico que haverá a possibilidade de identificar todas as famílias aptas e em situação de pobreza existentes no País.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa deve ser executado de forma descentralizada, compartilhada entre as esferas federal, estadual, distrital e municipal, atuando em três eixos: o alívio imediato da pobreza, o acesso a direitos sociais básicos e à emancipação das famílias.

O programa, assim como os demais, também apresenta falhas. Quanto a isso, a proposta do PBF é erradicar a pobreza, mas como erradicar a pobreza com o mínimo? Como oferecer suporte para uma família com aproximadamente R\$ 140,00? De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 122), “pobre é a população que não atinge os bens alimentares básicos”. Aí está a falha do programa: de imediato, quer aliviar a questão da fome e garantir acesso aos direitos básicos (saúde, educação, segurança alimentar); posteriormente, por meio das condicionalidades (vacinação das crianças e dos responsáveis legais em dia, acompanhamento das gestantes e o monitoramento da frequência escolar), o programa quer alterar a situação econômica e social dos beneficiados. Porém, o máximo que se pode alcançar é uma melhoria (mesmo que baixa) na qualidade de vida e a ausência das crianças e adolescentes na rua. Para o programa, o que importa é apenas a presença em sala de aula, sem que haja algum efeito significativo na vida dessas crianças nem da família. Ainda em relação à educação, entende-se que apenas a frequência escolar, sem o devido acompanhamento pedagógico da criança, está longe de garantir acesso à educação de qualidade. Mais do que presença, precisam-se de professores qualificados, instalações adequadas, entre outros aspectos não menos importantes.

Outra observação é que a execução das políticas de transferência de renda que, como os resultados do PBF, têm mascarado a realidade do brasileiro da mesma maneira que tem maquiado a verdadeira situação das políticas educacionais e da saúde, sendo que o PBF realiza atividades pontuais e de cunho apenas emergencial, possuindo uma visão interna e a não realização de mudanças de maior escala.

Quanto a isso, Cavalcante afirma que:

Sobre o aspecto de impor condicionalidades (...) sob a ótica do direito, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, visto que a condição de pessoa deve ser o requisito básico para essa titularidade. Além disso, a obrigação de garantir escola, postos de saúde e

demais condicionalidades ora impostas cabe aos poderes e não às pessoas. Sendo essa uma questão a ser repensada no programa (CAVALCANTE, 2010, p. 04).

Assim sendo, o PBF contraria os preceitos das políticas socioassistenciais, ou seja, a Assistência Social direciona-se a quem necessita dos seus serviços e o PBF, ao considerar as condicionalidades, se contradiz, porque “impõe condições indevidas a um direito que deve ser para todos que dela necessitem, independente de contribuição prévia”. (...)

O que se observa, também, é que além de não atender todos que necessitam da transferência monetária de recursos, o PBF não tem sido suficiente para tirar os cidadãos da situação de pobreza, nem para torná-los capazes de serem verdadeiros cidadãos.

4.3 O Programa Renda Cidadã

O programa teve início em setembro de 2001, sendo um benefício de R\$ 80,00 mensais para famílias que possuem renda per capita de até meio salário mínimo. De acordo com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, o programa tem os seguintes objetivos:

- I - propiciar ações complementares, promovendo a autosustentação e a melhoria na qualidade de vida para a família beneficiária do programa;
- II - possibilitar o acesso à rede de serviços públicos existentes, em especial, aos de saúde, educação e assistência social.

Porém, mediante a citação elencada acima, percebe-se que o *Renda Cidadã* é um benefício que tem como objetivo a complementação da renda familiar de indivíduos que não têm condição de suprir suas necessidades básicas. O programa é um benefício temporário, com duração de doze meses, podendo estender-se até vinte ou perdurar por trinta e seis meses, se a família ainda estiver dentro dos critérios estabelecidos.

4.4 O Programa Ação Jovem

O Programa Ação Jovem foi implementado a partir de 2004, e tem como principal objetivo atender jovens de 15 a 24 anos que estão devidamente matriculados, frequentes na escola e que possuem renda per capita mensal de até meio salário mínimo.

O programa é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e tem como objetivo “estimular a conclusão da educação básica, preparando o jovem para o mercado de trabalho”.

O repasse é de R\$ 80,00 mensais e o tempo de permanência é de 12 meses, podendo ser prorrogado até 36 meses mediante avaliação do técnico.

4.5 A Rede Social como meio de enfrentamento da pobreza

Além dos programas de transferência de renda, outro mecanismo utilizado no cotidiano dessas famílias vulneráveis é a rede de apoio e solidariedade existente na própria comunidade. Segundo Mello (1990):

“Analisando a formação de redes informais de sustentação mútua, observa que aparecem nos momentos de necessidade mais aguda, representando muitas vezes a diferença entre a comida e a fome. Situação de desemprego, doença ou morte na família podem romper os tênues limites entre a “pobreza e a miséria”. Considera que esses momentos emergem da experiência comum de desamparo. A solidariedade não é sentimental e nem se manifesta com alarde. É calada e dura como a vida que levam” (MELLO, 1990 apud YAZBEK, 1996, p. 127).

O autor destaca que as redes de solidariedade que existem entre essas famílias, surgem da mesma realidade carente que vivenciam, a da privação

dos meios essenciais para a sua sobrevivência diária. As necessidades os levam a auxiliar uns aos outros quando passam por dificuldades.

Neste contexto, famílias que vivenciam a pobreza precisam recorrer a outros caminhos para serem assistidas em suas necessidades primárias. O acesso à alimentação, por exemplo, através do apoio da igreja, é outro meio de enfrentamento do pauperismo vivido diariamente. É assim que as redes paralelas como os vizinhos, as igrejas e outras organizações suprem as carências apresentadas pelas famílias. Como ressalta a autora Yazbek (1996):

Essas redes são observadas nos locais de moradia, lugar onde se desenvolve um conjunto de relações e onde se enfrenta o cotidiano com precários recursos urbanos. No dia-a-dia, múltiplos arranjos ajudam a “aguentar” a rudeza da vida. É importante observar que essas redes cumprem muitas vezes o papel de uma assistência social que não responde às demandas que lhe são colocadas (YAZBEK, 1996, p. 127).

A exclusão vivenciada pelas famílias que são privadas de recursos básicos e necessários para a sua sobrevivência é ofertada, através da rede de apoio que faz o papel do estado quando não atende às demandas apresentadas.

5 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO —CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO DA ESTAÇÃO.

Teodoro Sampaio é um município com população de 21.346 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e seis) habitantes (Censo de 2010), e atualmente contempla a seguinte formação: Teodoro Sampaio (sede), Planalto do Sul (distrito criado em 27/12/1985), bairros rurais (Águas Claras, Córrego Seco, Alcídia, Cafezinho, Agrovila Emídio Furlan – Varjão) e 22 assentamentos. Sua economia baseia-se na agricultura e pecuária, indústrias, destilaria de álcool e açúcar, laticínios e comércio. O município faz parte da bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema, abrangendo dois grandes rios: Paraná e Paranapanema.

Apresentando incidência de pobreza de 37,33% (Fonte IBGE) e outros dados como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,76; Índice de Vulnerabilidade de 0,70, Índice de acesso ao trabalho de 0,18 e Índice Paulista

de Responsabilidade Social (IPRS), de 2008, constata-se que o município está no Grupo 4 – que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade. Verifica-se, então, que esses dados revelam a fragilidade do desenvolvimento do município.

Nesse sentido, nosso foco de pesquisa é o Bairro da Estação, pois através do conhecimento empírico, foi possível detectar que as famílias mais vulneráveis do município se encontram instaladas nesse local. Porém, antes de adentrarmos a pesquisa, faz-se necessário realizar um recorte histórico do bairro, como o seu surgimento.

Decorrente da Estação Ferroviária de Trem que ali se fazia presente, desde 1960, a companhia tinha como propósito trafegar até Euclides da Cunha Paulista, ainda no Estado de São Paulo, o que aconteceu somente em 1965, quando o ramal foi desativado. A partir de então, moradores foram se alojando no entorno do posto ferroviário, formando o Bairro da Estação que hoje conta, aproximadamente, com 1.360 (um mil, trezentos e sessenta) famílias, um posto de Estratégia de Saúde Familiar (ESF) próprio, duas escolas estaduais e diversas igrejas. A Câmara de Vereadores também se encontra instalada no bairro, iniciativa que valorizou o bairro.

O interesse do grupo de estudo em pesquisar o local, bem como suas famílias, deu-se a partir do momento em que uma das integrantes, moradora de Teodoro Sampaio e funcionária lotada no Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social do Município, observou que o Bairro da Estação é o de maior vulnerabilidade da cidade. Deste modo, viu-se a necessidade de abordar o tema inquietante, ou seja: como as famílias residentes no bairro sobrevivem, quem são essas famílias, como são compostas, como vivenciam a pobreza dia após dia e quais os mecanismos que as mesmas procuram para atender às suas necessidades. Assim, a colega procurou a gestora do Departamento de Assistência para solicitar a utilização do Cadastro Único Para Programas do Governo Federal (CadÚnico), como fonte de pesquisa para nosso trabalho. Porém, apesar de explicitado sobre o sigilo das informações obtidas, como se daria o trabalho e da forma como o mesmo iria contribuir para a instalação de novos programas e projetos no bairro, nosso pedido foi indeferido com a alegação de que não poderia fornecer os dados por serem sigilosos. Cabe, aqui, lembrar que, por mais de uma vez, tentou-se um acordo com a gestora.

Portanto, para mapearmos o bairro no sentido de localizar as famílias mais pobres e cumprirmos o trabalho de pesquisa, contamos com a colaboração de uma agente de saúde do bairro, hoje integrante da Equipe de Saúde do ESF do local e moradora do mesmo há 23 (vinte e três) anos. Também, a integrante do grupo utilizou-se do conhecimento empírico adquirido ao longo dos anos trabalhados na Assistência Social do Município.

5.1 A Pesquisa

A metodologia deste trabalho está baseada em três níveis, sendo eles: pesquisa exploratória, de campo e de natureza qualitativa.

Como pesquisa de cunho exploratório, apresenta-se com a finalidade de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Quanto a esse tipo de pesquisa, Gil (2002, p.43) menciona que são as pesquisas exploratórias que “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. A respeito desse tipo de pesquisa, a autora Minayo (2002), orienta que essa fase requer tempo e dedicação para a produção do material levantado, pois;

A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para o seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para escolha do espaço e da amostra qualitativa (MINAYO, 2002, p. 26).

Após a fase exploratória, adentrou-se no universo da pesquisa qualitativa. Optou-se pela análise qualitativa por investigar uma realidade que não pode ser quantificada. Sabe-se que é possível mensurar quantas pessoas atualmente se encontram em situação de pobreza, mas não é possível quantificar como vivem, haja vista que cada família possui suas peculiaridades, dificuldades e

desafios diários a serem enfrentados. Quanto a isso, a pobreza foi diagnosticada por várias vertentes.

Segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa corresponde a questões específicas da indagação do pesquisador, visto que a qualitativa se dá num campo de diversos significados, crenças, valores e atitudes. Após essas duas fases, adentrou-se a de campo. Nesta etapa cumpre-se o momento entre o prático e o fundamental da pesquisa exploratória, no que concerne à confirmação das hipóteses levantadas e à construção do material teórico. Minayo (2001) cita Lévy-Strauss (1975), onde o mesmo apresenta que “o trabalho de campo é uma fase tão central para o conhecimento da realidade, que o autor a denomina de “ama de leite” de toda a pesquisa social”.

Para uma melhor compreensão da pesquisa no bairro escolhido, foram selecionadas 50 (cinquenta) famílias utilizando-se os quesitos de renda e número de pessoas residentes na casa. Deste grupo, sorteou-se, aleatoriamente, um de 30 (trinta) famílias cuja situação de pobreza referenciava o trabalho de campo com mais propriedade. Destarte, foram submetidas a um questionário envolvendo questões pertinentes à família, como o entrevistado entendia a pobreza, como lidava com a questão da mesma, ou seja, como fazia pra sair da situação e quais os meios que procurava para atender às necessidades mais urgentes que surgiam. Cabe lembrar que o questionário foi elaborado pelas integrantes do grupo juntamente com a orientadora.

O Pe. Cláudio Cândido, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, também concedeu entrevista, no sentido de informar quais as ações da Igreja frente às famílias do bairro em situação de pobreza e quem eram essas famílias. O Pároco foi bem receptivo e extremamente ético ao conceder a entrevista. De início, e já conhecendo o foco de pesquisa, o mesmo salientou que, além da Igreja fornecer apoio às famílias carentes, as pessoas ainda negam a sua importância, ou seja, exige-se da Igreja, mas deveria exigir das autoridades, pois o papel da Igreja é evangelizar.

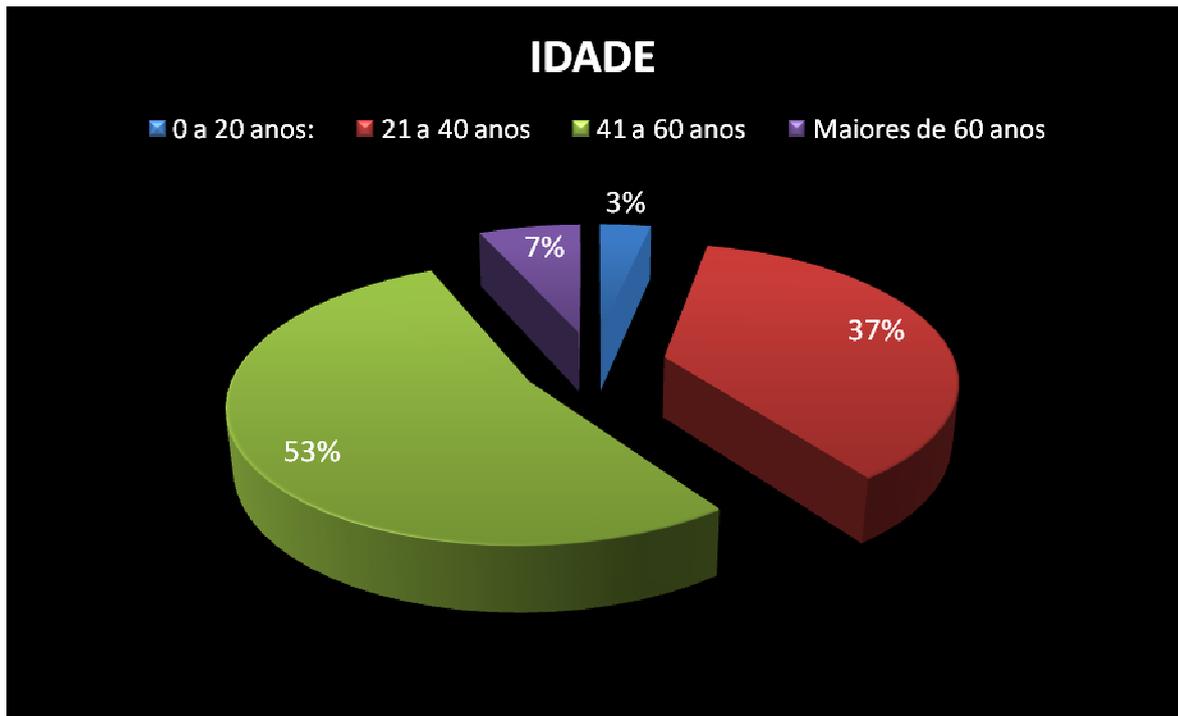
Quanto às ações da Igreja junto a essas famílias, o Pe. Cláudio explicou que as mesmas ocorrem por contribuições mensais, na forma de cestas básicas, por ele e pelos fieis da Igreja, com muita discrição, mas sem falhar um mês sequer. A Igreja também paga as contas de água e luz das famílias que o procuram e que realmente estão em situação de pobreza.

Sobre o perfil de quem procura apoio, em 90% dos casos são mulheres na faixa de 35 a 50 anos, conforme informou o padre. Informou ainda que, no ano de 2012, foram doadas 360 (trezentas e sessenta) cestas básicas e pagas 52 (cinquenta e duas) contas de água e luz.

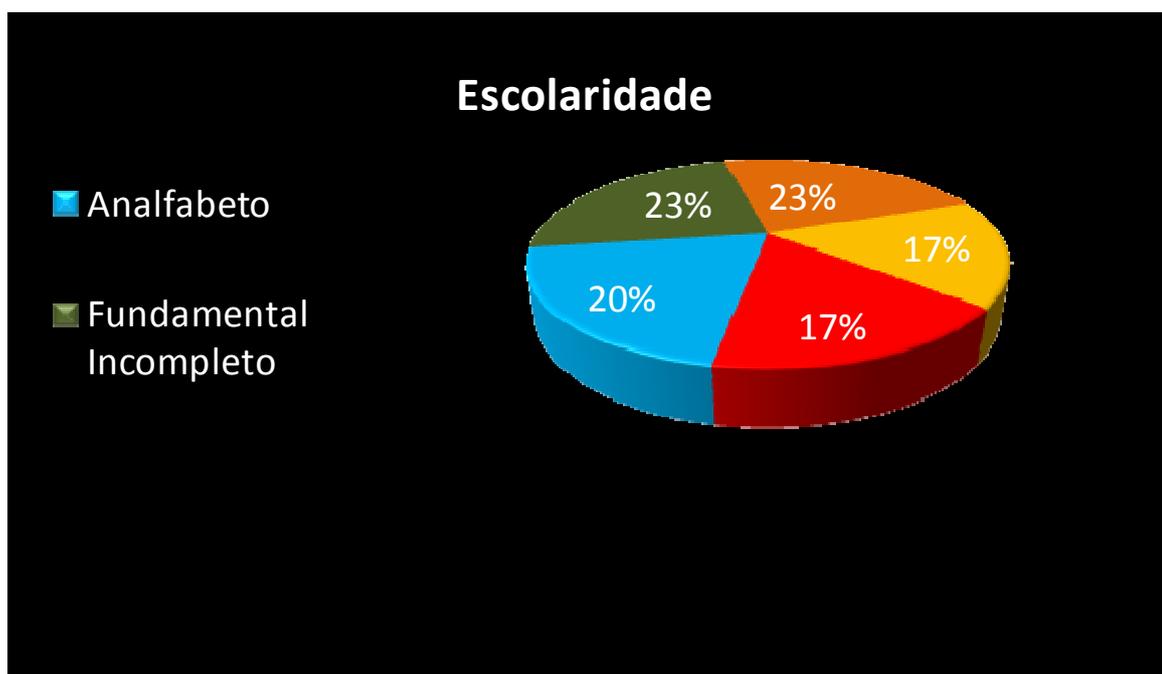
5.2 Perfil socioeconômico das famílias moradoras do Bairro da Estação

A partir do olhar sobre si mesmos, foi possível diagnosticar, pela análise, que 90% dos entrevistados trazem consigo uma percepção equivocada no que tange à pobreza, conforme apresentado ao longo do trabalho. Talvez isso se justifique pela pouca informação que os mesmos têm sobre o assunto, haja vista a falta de acesso ao trabalho, à renda e às políticas públicas, o que se configura como um inibidor para as pessoas que estão na linha da pobreza não encontrarem meios para sair dela. Do mesmo modo, o conformismo, a alienação e a falta de expectativa de vida, podem, por vezes, contribuir para que as famílias continuem como estão. Cabe lembrar que esta lógica foi observada na fala dos entrevistados, conforme elencaremos na análise.

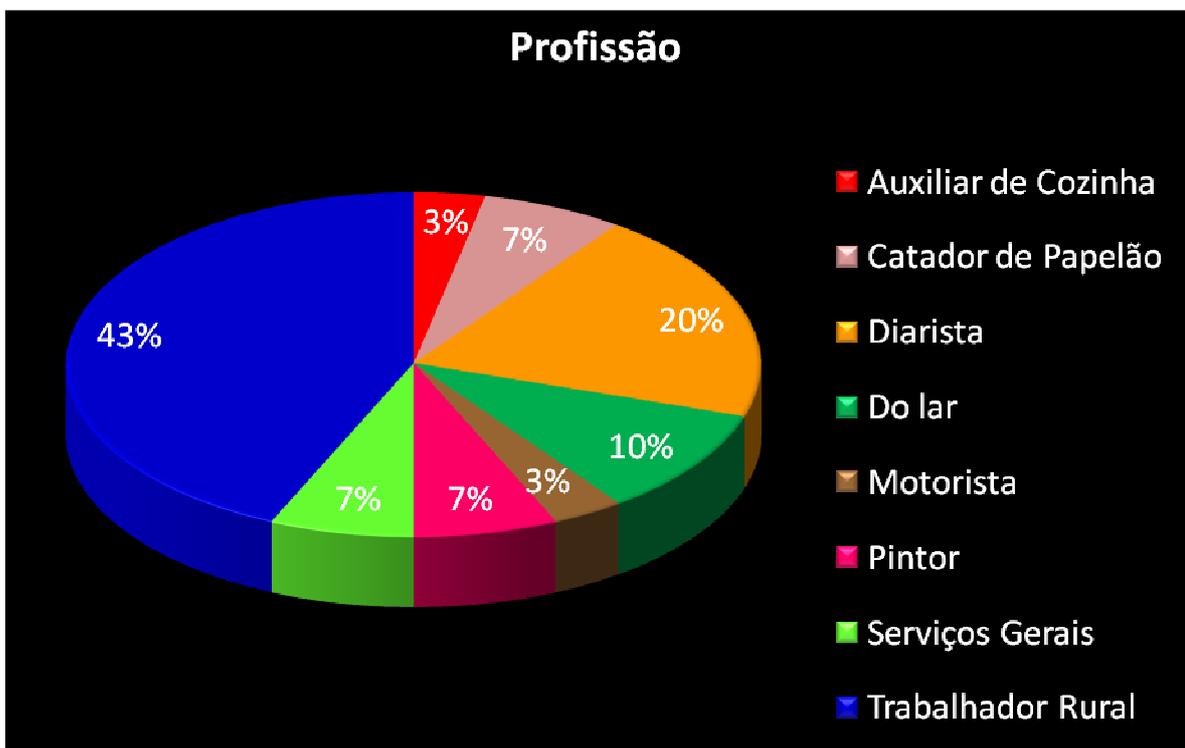
Das 30 (trinta) famílias entrevistadas, 11 (onze) são mulheres, chefes de família e 19 (dezenove) são homens provedores do sustento da casa. Quanto a idade dos entrevistados, a mesma varia conforme mostra o gráfico abaixo:



Em relação ao grau de escolaridade das famílias moradoras do Bairro da Estação, caracterizamos as mesmas de acordo com as respostas fechadas obtidas no questionário, conforme traduz o gráfico abaixo:



No que se refere à profissão dos entrevistados, podemos observar que 43% são trabalhadores rurais, haja vista que Teodoro Sampaio contempla duas grandes usinas de açúcar e álcool, e que hoje é o setor que mais absorve força de trabalho no município. Outro número relevante é quanto aos serviços de diaristas, uma vez que homens e mulheres que perfazem o total de 21% dos entrevistados se encontram sem trabalho formal, sobrevivendo de diárias. Quanto aos catadores de papelão, o número não é expressivo, porém é um fato que nos chamou atenção, tendo em vista que os 7% que se encontram catando papelão não possuem qualidade de vida, no que diz respeito à higiene, Observou-se que os mesmos não possuem sequer a percepção sobre o risco que correm, ficando expostos a diversos tipos de doenças infectocontagiosas. Para melhor apresentação das profissões levantadas, construímos o gráfico abaixo, conforme segue:



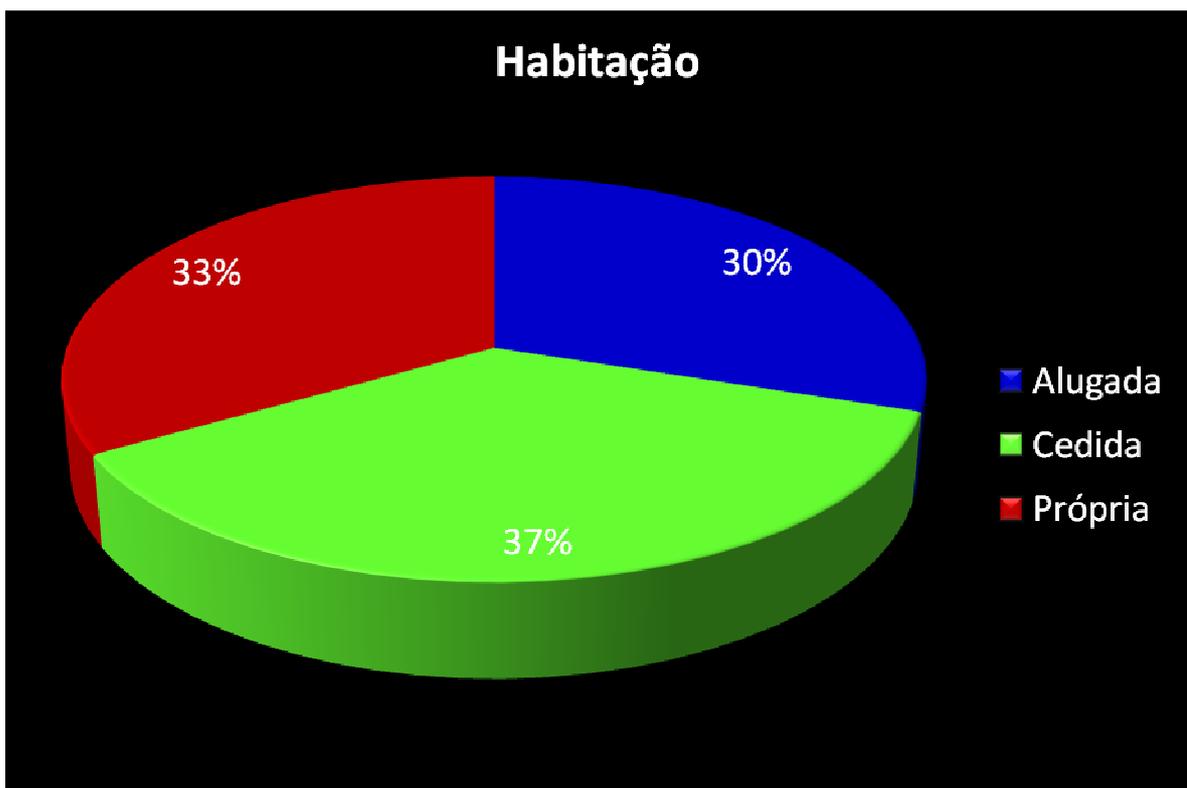
Partindo do pressuposto que todo cidadão tem direito à moradia, conforme o Artigo 6º da Constituição Federal, de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (grifo nosso). A moradia que a Constituição Federal prevê não é qualquer moradia. Todo cidadão tem direito a uma

moradia digna, e esse direito não pode ser violado. Foi constatado que no Bairro da Estação há moradores residindo em casas “cedidas” “alugadas” ou até mesmo “próprias”, não possuem o que se pode chamar de moradia digna. As casas estão deterioradas, possuem grandes rachaduras e até mesmo sem piso de concreto, ou seja, tais famílias ainda vivem em casas feitas de restos de madeira, possuindo grandes orifícios, cujo chão é batido.

De acordo com GALLO (2009):

O Direito Humano à moradia é um direito fundamental, garantido constitucionalmente, que precisa ser implementado através de políticas públicas habitacionais sólidas, como modo de amenizar as históricas diferenças sociais no país, garantindo o bem estar de todos e a preservação do meio ambiente.

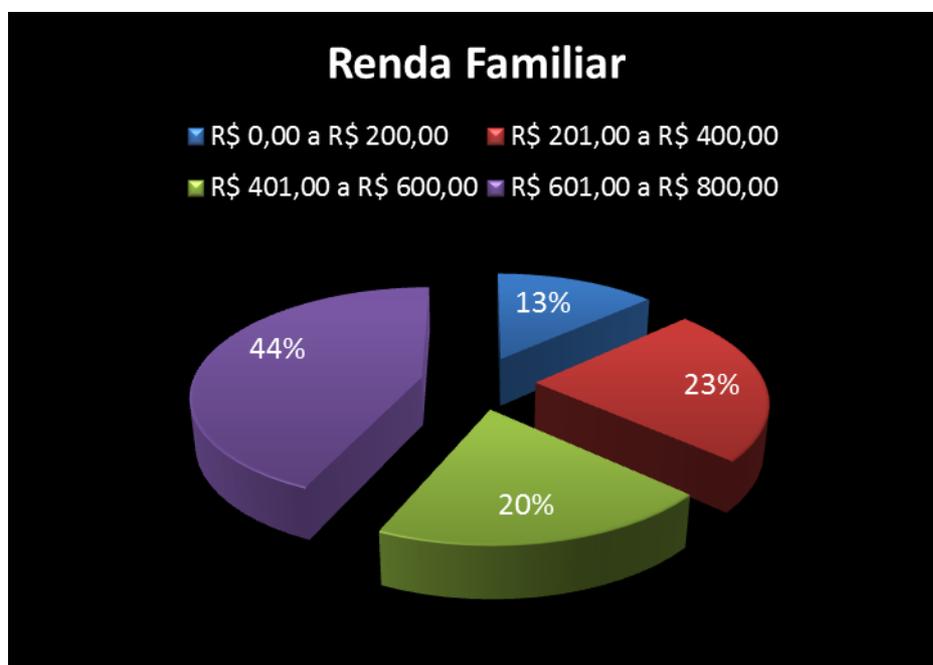
A esse respeito, observamos que falta política habitacional no bairro.



Por fim, a renda familiar dos entrevistados varia de zero a R\$800,00. A maior parte das famílias encontra-se na faixa entre R\$601, 00 e R\$800,00 perfazendo, assim, o total de 43% dos entrevistados. Voltando ao gráfico referente à profissão, percebe-se que os 43% de trabalhadores rurais, são os mesmos que

estão nessa faixa de renda. Além disso, as famílias que sobrevivem com menos de um salário mínimo recebem auxílio da assistência social no que se refere à cesta básica. Porém, algumas famílias relatam que não se sentem à vontade para solicitar a cesta básica, porque vem a ser uma “humilhação”. Segundo eles, “ficar dependendo das pessoas é humilhante”. No entanto, os mesmos também falam da igreja católica. Dizem que quando necessitam de algum auxílio procuram o padre porque o mesmo olha todo mundo de maneira igual.

O gráfico abaixo relata de forma simples como está distribuída a renda das famílias entrevistadas no Bairro da Estação.



Diante do exposto, foi possível elaborar no próximo item a análise da pesquisa realizada.

6 ANÁLISE

Para a apresentação dos dados da pesquisa, serão trabalhadas 04 (quatro) categorias:

- 1) Concepção de Pobreza;
- 2) Percepção de sua condição de pobreza;
- 3) Cotidiano de pobreza;
- 4) Superação da pobreza.

6.1 Concepção de pobreza

Nessa perspectiva, as diferentes formas que os entrevistados entendem o que é a pobreza, podem ser definidas aqui em 04 (quatro) assertivas:

- 1) É a ausência de alimentos e saúde;
- 2) É viver humilhado;
- 3) É a exclusão, querer e não poder;
- 4) É não ter onde morar, não ter nada.

Quanto a isso, algumas famílias utilizaram as seguintes justificativas:

Entrevistado A: *“Ser pobre é passar todo santo dia uma dificuldade diferente, uma hora é a comida que tá faltando, outra hora é a luz que tá cortada, depois a água, e por aí vai. Isso aí é ser pobre.”* (sic)

Entrevistado B: *“É ser excluído, ser diferente, viver triste, querer e não poder.”* (sic)

Entrevistado C: *“É morar numa casa igual essa, cheia de buraco e quase caindo! É não ter casa própria e não ter saúde”* (sic)

Entrevistado D: *“É humilhação, é ter que ficar pedindo cesta básica, ficar se humilhando quando vou na assistência pedir.”* (sic)

Analisando as falas descritas acima, percebe-se que todos os entrevistados têm uma concepção sobre o que significa ser pobre, haja vista que foram encontradas diversas falas exaltando a pobreza como a falta dos bens necessários para a manutenção da vida.

Conforme já apresentado no segundo capítulo deste trabalho, o autor escolhido para definição de *pobreza*, Abranches (1998, p. 16), traz consigo, também, a concepção de que:

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destruição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar. (ABRANCHES, 1998, p. 16).

Quanto a isso, podemos afirmar que pobreza é, de fato, a falta de oportunidade, é sobreviver com o mínimo, é a ausência de políticas públicas e o não reconhecimento do sujeito enquanto cidadão e, por fim, é exclusão.

6.2 Percepção de sua condição de pobreza;

Nesta categoria, apresentaremos a seguir a percepção da condição de pobreza para os entrevistados. O grupo optou por esta categoria por acreditar ser relevante para a construção do trabalho, haja vista que na categoria anterior foram exibidas algumas falas dos entrevistados quanto ao modo como sentem a pobreza. Nesse sentido, foi observado que mesmo entendendo o que é a pobreza, alguns entrevistados que estão nessa situação não se consideram pobres.

Assim, elencam-se abaixo as respostas mais frequentes dessa questão:

- 1) Sim, considera-se pobre, porque ser pobre é uma sina.
- 2) Não, porque tem onde morar.
- 3) Não, considera-se “fraco”.

4) Não, pobre é o diabo.

Entrevistado F: *“Sou pobre porque não tenho renda nenhuma, não tenho onde se apegar. Aí, fico dependendo dos outros, então sou uma pessoa muito fraca. Não gosto por que fico dependendo das pessoas, fico pedindo e a situação fica difícil, porque a gente que é pobre até o problema da saúde é muito difícil e lá tem aquela burocracia e se eu tivesse dinheiro eu poderia ir num hospital particular e pagar. (sic)*

Entrevistado J: *“Sou fraco de situação, não tenho uma casa boa, chove tudo aqui dentro, tem dias que eu não tenho o que comer direito, aí então fico pedindo na rua”. (sic)*

Entrevistado G: *“Não sou pobre, eu tenho uma casa pra morar. Pobre é quem não tem onde morar, não tem nada”. SIC*

Entrevistado H: *“Não sou pobre, pobre é o “diabo”, eu sou uma pessoa fraca de situação. Meus pais me colocaram muito cedo na roça, eu não estudei, não sei ler, só sei assinar meu nome, mas eu acho que isso é uma sina, se eu nasci pobre, eu tenho que morrer pobre.” SIC*

Ao confrontar tais conceitos com a vida diária de cada entrevistado, identificamos as peculiaridades do capitalismo expressas em cada situação norteadas pela alienação que cada um vivencia no seu cotidiano. Conclui-se, de maneiras diversificadas, que muitos se punem ou culpam a si mesmos por estarem naquela situação, alguns afirmando que é a sua sina de vida, outros entendendo, de maneira religiosa, que Deus quis assim, e por isso estão nessa situação, alguns culpam a falta de emprego e, muitos, o governo. Em cada análise de situação das suas carências, pode-se afirmar que é algo chocante, comovente e até desesperador, ao acordar, saber se vai continuar a viver, já que lhes falta o mínimo necessário.

A imediatidade de cada situação vem camuflada nas desculpas, ou mesmo ignorância, por não ter uma melhor compreensão do que estão vivendo, ou sobrevivendo um dia após o outro. É de se destacar a diferença entre o que fora definido anteriormente, de forma teórica, na presente pesquisa, com o agora vivenciado pelo grupo na pesquisa de campo, através do contato direto com as

peças que estão em situação de extrema pobreza, por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas. Ressalta-se que o levantamento de dados foi feito de forma criteriosa, respeitando cada família entrevistada. A sua carência de bens, saúde, alimentação, moradia e outros fatores negativos, reforçam essa situação. Assim é que, para Yazbek (1996):

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 1996, p. 61).

As atribuições já mencionadas anteriormente sobre o quadro de alienação que cada família vivencia, e que na verdade nunca foi alterado para melhor, faz com que seus integrantes continuem incessantemente na busca da sobrevivência, a cada dia, essa busca constante que é de correr ou se humilhar para comer, para continuar a viver. Nem é busca por habitação, trabalho, ou médico; é simplesmente pelo mínimo que lhes foi tirado da vida, de continuar vivo. Neste caso, quem deveria enxergar e mudar essas realidades tão precárias seria o poder público criando meios para a transformação dessas realidades, em que o sujeito tem de se humilhar por um prato de comida, o mínimo para a pessoa continuar de pé. No entanto, além de reforçar a situação de pobreza desses miseráveis o estado ainda transfere sua responsabilidade à sociedade civil, e, de maneira acirrada tenta amenizar as situações vexatórias em que as famílias se encontram. A percepção quanto à pobreza continuará enganosamente enraizada na mente daqueles que a veem tão distante.

Assim, em grande parte, a pobreza decorre de um quadro de desigualdade, marcado por forte concentração de renda. Com isso, o Brasil fica entre os países de maior acumulação de renda do mundo (Silva, 2010, p. 156).

Além de todo um quadro de desigualdade social que foi constatado, identificou-se o descaso do poder público frente a expressões da questão social, com a má distribuição de subsídios para atenuar tais necessidades.

6.3 O Cotidiano da pobreza

Neste contexto, os entrevistados apresentaram considerações diversas sobre o que é viver na penúria, relacionando suas necessidades sempre presentes no dia a dia de suas vidas.

Ademais, é importante ressaltar que, na síntese anterior, na condição da percepção da pobreza, os entrevistados possuem um entendimento da situação, mas com posicionamentos diferentes acerca do tema.

Será abordado no parágrafo abaixo, um breve relato sobre os principais pontos de entendimento dos entrevistados, posto que foram imprescindíveis e possibilitaram um enriquecimento grandioso para nossa pesquisa, como podemos observar:

- 1) Desejo de comer algo e não poder comprar;
- 2) Falta de recurso financeiro;
- 3) Vergonha da situação;
- 4) Humilhação de ser pobre.

Observa-se que tais afirmativas se revelam através de seus conceitos, anseios e dificuldades, sobre o que é vivenciar a pobreza no seu cotidiano:

Entrevistado L: *“Viver a pobreza todo dia, é você ver um comercial passando uma boa comida, e você ter só o arroz e o feijão pra comer. É ver meu filho de 11 anos querendo comer “churrasco”, e eu não ter dinheiro pra comprar a carne, só ovo. Isso é viver a pobreza”* (sic)

Entrevistado M: *“Não ter alimento adequado, moradia digna, não poder ter um transporte digno, quando falo em transporte digno é usar minha própria condução.”* (sic)

Entrevistado N: *“É querer alguma coisa e não poder, é ter vergonha de andar “maltrapilha”, é andar com chinelo “remendado”.* (sic)

Entrevistado O: *“É viver pedindo. Eu fico correndo atrás do que preciso e me sinto meio humilhada por estar pedindo para os outros.”* (sic)

Verifica-se que os entrevistados em seu cotidiano, enfrentam inúmeras dificuldades relacionadas a diversos fatores ocasionados pela má distribuição de renda, e pela falta de políticas públicas que possibilitem igualdade nas condições econômicas de cada família.

Diante disso, a sobrevivência dessa camada mais pobre, torna-se cada vez mais dificultosa, impedindo assim que possam ter acesso aos direitos sociais básicos, vendo-se excluídos, desprotegidos pela sociedade.

6.4 Superação da pobreza;

No tocante ao objetivo da nossa pesquisa, vimos também que é de grande importância a possibilidade de superação da pobreza, ou seja, a quem compete melhorias. Pois conforme já discorrido em nosso trabalho, a pobreza ocorre consequentemente de uma série de fatores determinantes e, dentre estes, estão as políticas sociais que, infelizmente, possuem um déficit no que diz respeito ao direito de cidadania. A pobreza é um fenômeno complexo que necessita de novos olhares, pelos quais as políticas sociais teriam a visão da totalidade, compreendendo todo o contexto histórico, cultural, econômico e político, podendo assim trabalhar pela garantia de direitos, diminuindo a desigualdade social que tanto assola nosso país, um país rico com má distribuição de renda, onde poucos com muito e muitos com tão pouco, nessa perspectiva foi de grande relevância tal pergunta aos entrevistados. Diante da pergunta aos entrevistados destacaremos as que obtiveram maior proporção de respostas:

- 1) Ao Governo.
- 2) A si mesmo.
- 3) Deus.
- 4) Família.

Entrevistado L: *“Acho que tem que começar de cima, o governo tem que mudar muita coisa, tem que olhar pra gente que é mais carente.”* (sic)

Entrevistado M: *“A mim, eu não terminei os estudos, tinha que ter feito uma faculdade, mas não tinha dinheiro.”* (sic)

Entrevistado N: *“Ao governo, prefeito, vereadores, mas eles só lembram da gente na época da política, aí eles vem aqui, prometem um monte de coisa e depois se esquecem da gente.”* (sic)

Entrevistado O: *“Ah, acho que a ninguém, tá cada dia pior as coisas”. Mas, quem sabe Deus dá um jeito, né?* (sic)

Entrevistado P: *“Ao governo, ajudando as coisas, mais eu também tenho que me ajudar.”* (sic)

Diante dos relatos acima, nota-se que a maioria dos entrevistados não está totalmente alienada, pois quando os mesmos se remetem ao Estado na superação da pobreza reconhece-o como omissos em sua responsabilidade social. No entanto, para outra parte dos entrevistados, existe a culpabilização do próprio ser em si, da situação vivenciada ou da família, onde colocam em algumas falas não citadas que seus pais eram pobres e cresceram na pobreza e continuam pobres, sem mudança alguma no decorrer de todo esse tempo. Já, outros acreditam na intervenção divina, que só Deus pode mudar sua história e perspectiva de vida.

É nesse cenário que se percebeu a cultura capitalista fortemente enraizada na sociedade Brasileira, onde a pobreza é justificada por preguiça e pela falta de vontade do indivíduo em superar essa situação. Pereira (2002) defende que a pobreza se representa por condições sociais e humanas inaceitáveis e, talvez por isso, segundo a autora, sua erradicação é um dos maiores desafios para o século XXI.

Portanto, a superação da pobreza é algo que precisa ser trabalhado de forma estratégica, pois muitos dos entrevistados não reconhecem em nenhuma de suas falas o modo de produção capitalista em que vivemos, e que o mesmo se remete à situação de pobreza em que cada um se encontra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A súmula deste estudo revela o entendimento construído a partir de análises e considerações acerca do nosso objeto de estudo, o que nos oportunizou maior conhecimento em torno da temática pobreza, cotidiano e alienação.

O capitalismo, aliado às transformações diárias no mundo do trabalho, faz com que surjam as mais diversas violações de direitos. Haja vista que a sociedade tem vivenciado, atualmente, um período de pobreza estrutural, precarização das relações de trabalho e desigualdade social. A dificuldade diária na vida das famílias está intimamente relacionada ao sistema capitalista, que vem se acentuando com as transformações da sociedade.

Através do objeto de pesquisa, o presente trabalho buscou apresentar as diversas maneiras de como a pobreza se manifesta, ou seja, a pobreza não é apenas a falta de alimentação, ela se dá em um conjunto que envolve saúde, educação, habitação e os recursos básicos para a sobrevivência diária do indivíduo.

Arelado a isso, o cotidiano da pobreza ocorre de maneira triste e persistente. Não se trata apenas de um momento passageiro nessa ocorrência porque os anos passam a ser feitos de dias. Os dias se tornam horas. E a cada minuto que passa, a pobreza manifesta-se de maneira diferente e a luta pela sobrevivência vem arraigada de angústias e incertezas no dia a dia.

As famílias escolhidas vivenciam a pobreza associada a diversas precariedades, como por exemplo, a habitação, a saúde e todos os serviços necessários para a manutenção da vida. Com isso, a apatia do Estado, frente aos diversos infortúnios que atingem as famílias, tem feito com que se estimule o surgimento de novas desigualdades sociais e, conseqüentemente, se amplie o quadro de pobreza. Ao longo dos anos, as famílias criaram estratégias para suprir suas necessidades. Vez ou outra, as mesmas contam com a ajuda dos vizinhos, com o Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social ou até mesmo com o apoio da Igreja Católica do município. Por outro lado, o desenvolvimento dessa estratégia propaga a desigualdade social, retirando o papel do Estado enquanto provedor dos bens necessários, e repassa a terceiros, como por exemplo, à rede: igreja e vizinhos. Para essas famílias, a vizinhança e a igreja são importantes aliadas para enfrentar a pobreza, uma vez que no mundo em que vivem é

necessário estabelecer vínculos para que a ajuda oferecida seja mútua. Em relação a isso, pode-se afirmar que somente através de ações públicas haverá a garantia de dignidade dessas famílias.

A partir da elaboração da análise, podemos perceber a condição de alienação dos entrevistados, concluindo que o direito dessas famílias é negado, enquanto cidadãos, no seu cotidiano, sem as devidas condições de prover o seu próprio sustento. Neste sentido, verificamos que a pobreza impossibilita o cidadão de satisfazer as suas necessidades, ampliando, assim, a fragilidade das relações e dificultando-lhes a inserção social.

A pesquisa também nos possibilitou conhecer que a pobreza se desenvolve em um terreno marcado pela alienação dos entrevistados. É forte a presença da religião, pois um grande grupo considera a pobreza como uma “sina”, ou seja: “Deus quis assim”, conforme apontado no decorrer do trabalho. Também encontramos falas que culpabilizavam as próprias famílias, isto é, neste cenário, ser pobre é uma questão de herança. A pesquisa permitiu apreciar as histórias dos entrevistados, isto é, ao longo da mesma, percebemos a necessidade de cada um contar sua história de vida, de ouvir suas necessidades e como cada um faz para superar as dificuldades do dia a dia. Diante disso, e para fins de mudança de paradigma, é importante desencadear um processo de discussões, de tomada de consciência e formação de opinião por parte dessa parcela da sociedade que se encontra alienada. Sabemos que tal processo é lento e gradual, mas que é possível vislumbrar alguns avanços positivos na teoria e prática do campo de direitos.

Por fim, os estudos concluem que a pobreza parcial, ou localizada, é fruto da desigualdade social que se arrasta em todo o mundo. O apontamento que a pesquisa fez sobre a má distribuição de renda no Brasil é que a situação socioeconômica do país continua a excluir milhões de brasileiros do consumo e de serem chamados de cidadãos, perpetuando tais condições. A pesquisa identificou vários fatores que desencadeiam a pobreza, mas ao refletirmos sobre muitos apontamentos coletados, identificamos que só através de um processo verdadeiramente eficiente, democrático, econômico, político e social poder-se-ia aniquilar a pobreza, mas, via de regra, com as atuais políticas neoliberais é improvável desmontar esse contexto. Seria necessário entrar em cena iniciativas que desresponsabilizassem o “Estado” para que pudessem criar mecanismos capazes para o enfrentamento da pobreza. Caso contrário, continuaremos a

contemplar as políticas públicas sociais, imediatistas, através da superficialidade, visto que os estudos identificaram que as atuais políticas não têm suprido as necessidades de sua demanda.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política social e combate à pobreza/** Sergio Henrique Abranches, Wanderley Guilherme dos Santos, Marcos Antônio Coimbra. – 4. ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____, Sérgio Henrique. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____, Sérgio Henrique; SANTOS, Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antonio. **Política social e combate a pobreza.** 3. ed. Rio de Janeiro: 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/concepcao-e-gestao-da-protecao-social-nao-contributiva-no-brasil/concepcao-e-gestao-da-protecao-social-nao-contributiva-no-brasil>. **Acesso em 19 de agosto de 2013.**

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Programa Bolsa Família.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 10 de junho de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, novembro de 2004.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Social. **O Programa Renda Cidadã.** Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/rendacidade>. Acesso em 10 de junho de 2013.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Social. **O Programa Ação Jovem.** Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/racaojovem>. Acesso em 07 de maio de 2013.

_____. Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro De 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio. **A Percepção das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família Sobre Sua Implementação em Viçosa – MG**. Disponível em: http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/46/TDE-2008-12-19T062743Z-1495/Publico/texto%20completo.pdf. Acesso em 08 de maio de 2013.

CAVALCANTE, Valéria Araújo. **Análise crítica do programa bolsa família: vantagens e desvantagens**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60252145/ANALISE-CRITICA-DO-PROGRAMA-BOLSA-FAMILIA-VANTAGENS-E-DESVANTAGENS>. Acesso em 07 de maio de 2013.

CESCONETO, Eugênia Aparecida. **Pobreza e Exclusão a Face Perversa do Cotidiano dos Catadores de “Lixo”**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Eugênia_aparecida_Casconeto176.pdf. Acesso em 28 de abril de 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS, Antoniana Defilippo. **Estado e Organizações da Sociedade Civil na Política de Assistência Social: a Particularidade do Município de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/antoniana.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

DUARTE, Newton. **Formação do indivíduo, Consciência e Alienação: O ser Humano Na Psicologia de A. N. Leontiev**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20091.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2013.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. SILVA, Robson Roberto da Silva. **PROTEÇÃO SOCIAL: notas críticas sobre a interface entre Estado e família na contemporaneidade**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/3f1abfda84fc665d3508Robson%20da%20Silva_Tatiana%20Fonseca.pdf. Acesso em 07 de julho de 2013.

GALLO, Gabriela Neves. **Direito à moradia – Direito humano fundamental**. Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/gabriela_neves_gallo.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e Trabalho Social: Intervenções no Âmbito Social**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802010000100015&script=sci_arttext. Acesso em 07 de março de 2013.

HEILBRONER, Robert L. **A natureza e a lógica do capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho**. – 37. ed.-São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luís. **O Processo de Consciência Crítica**. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Iasi%2c%20Mauro/Processo%20de%20consciencia.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil/ Lúcio Kowarick; fotografias de Antônio Saggese**.- São Paulo: ed. 34, 2009.

MARQUES, Adhemar Martins. **História contemporânea através de textos/ Adhemar Marques, Flávio Beruti, Ricardo Faria**. 6. ed.-São Paulo: Contexto,1999.- (textos e documentos:5).

MARTINS, José de Souza, 1938- **Exclusão social e a nova desigualdade/ José de Souza Martins**.- São Paulo: Paulus, 1997.- (Coleção temas de atualidades)

MARX, DURKHEIM, WEBER, **Um toque de clássicos**- 2ª ed.- Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2002

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata?** 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Flávio Brito dos. **Estado e Questão Social: Padrões de Intervenção na área Social uma leitura Sobre as Matrizes Liberal, Neoliberal e Social Democrata**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/flavio.pdf>. Apud, Montaño. Acesso em 13 de setembro de 2013.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, YAZBEK, Maria Carmelita, GIOVANNI, Geraldo di, **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferências**.- São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 14. ed. São Paulo: Moderna, 1993-1996.

SOUZA, João Maria de. **Memorial Teodoro Sampaio – Sua gente, sua história, sua geografia**. 1. ed. Gráfica Gonçalves. São Paulo:, 2002.

VASCONCELOS, Denisson. **Sobre os Valores no Capitalismo**. Disponível em <http://protestologopenso.blogspot.com.br/>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

VASCONCELOS, Lia. **Sociedade as Dimensões da Pobreza – Revista Desafios do Desenvolvimento**. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em 04 de setembro de 2013.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila e LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção Social**: introduzindo o debate. In: VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, Eduardo M. e IBÁÑEZ, Nelson (org.). *Proteção Social: Dilemas e Desafios*. SP: Hucitec, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.